

Relatório Final

PESQUISA PARTICIPANTE - CONDECA 1994
RELATÓRIO GERAL - ESTADO DE SÃO PAULO

*CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE - SP*

*REALIZAÇÃO: COMISSÃO DE PESQUISA DO
CONDECA*

EXECUÇÃO: IADES

Faint header text at the top of the page, possibly containing a title or reference number.

Yours faithfully,
[Signature]
[Name]
[Address]
[City]

BRITISH BANK - BRANCH OF THE BANK OF ENGLAND
BRITISH BANK - BRANCH OF THE BANK OF ENGLAND

BRITISH BANK

BRITISH BANK
BRITISH BANK



ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Metodologia da pesquisa	8
3. Síntese dos dados	11
3.1. Organização DCA no Estado de São Paulo	11
3.2. Síntese do Estado de São Paulo	14
4. Conselho Municipal DCA	15
4.1. Situação de implantação	15
4.2. Funcionamento dos CMDCA's	18
4.3. Ações desenvolvidas pelos CMDCA's - atuação	22
5. Fundo Financeiro DCA	29
6. Conselho Tutelar	31
6.1. Situação formal dos Conselhos Tutelares	31
6.2. Funcionamento do Conselho Tutelar	35
7. Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	37
8. Questões gerais dos municípios	40
8.1. Integração entre as instâncias DCA nos municípios	40
8.2. Política de atendimento municipal para crianças e adolescentes - Avaliação	41
9. Municípios do Estado de São Paulo sem articulação ou em articulação inicial das instâncias de organização determinadas pelo ECA e/ou ausência de Fórum DCA	44
10. Síntese das necessidades	48
Anexos: Tabelas e Cruzamentos	49

1. INTRODUÇÃO

A característica deste trabalho está na sua condição de pesquisa participante, de estudo, participação e sensibilização *para* e *pelos* agentes do processo - os Conselheiros: do CONDECA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP, Conselhos Municipais DCA, Conselhos Tutelares, Fóruns DCA municipais e regionais, e Prefeituras dos municípios do Estado de São Paulo.

A concepção deste estudo pautou-se no princípio da construção de um conjunto articulado de conhecimentos e informações entre as várias instâncias de organização determinadas pelo ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estado e nos municípios, entendendo como impossível o enfrentamento da situação da criança e do adolescente mediante iniciativas pontuais e fragmentadas.

A pesquisa participante CONDECA - 1994 teve dois objetivos: ser *instrumento de conhecimento* da situação de atenção à criança e ao adolescente em cada município e macro-região administrativa, pesquisando a condição de organização dos Conselhos Municipais DCAs e, ao mesmo tempo, ser pesquisa participante, atuando como *instrumento de sensibilização* sobre a situação de 36% dos habitantes, parcela que compõe a população infanto-juvenil do Estado de São Paulo, através da participação e trabalho direto dos Conselheiros estaduais no sentido de:

- Conhecer o estágio de funcionamento dos CMDCA's - Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselhos Tutelares, Fundo Financeiro dos Direitos e Fóruns DCAs no Estado de São Paulo;
- Fortalecer os Conselhos Municipais DCAs através da integração e intercâmbio inter e intra-regional e estadual,
- Sensibilizar a sociedade civil e Prefeituras dos municípios onde não há Conselhos DCAs, objetivando sua organização, instalação e funcionamento.

A pesquisa visou instrumentalizar o CONDECA e os CMDCA's rumo a construção de diretrizes e ações que rompam com os mecanismos perversos gerados pelo modelo econômico brasileiro que estigmatiza e exclui parcela de crianças e adolescentes do Estado de São Paulo de seus direitos mínimos (crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social), assim como ser um dos instrumentos para formulação e controle das políticas sociais básicas de atenção integral à infância e à juventude.

Dois, entre cada dez habitantes do país, residem no Estado de São Paulo, sendo que 48,7% da população do Estado está concentrada na região metropolitana de São Paulo e 51,3% está distribuída pelos municípios do interior/litoral do Estado. Da população do Estado (21,48% da população do Brasil), 30% está espacialmente concentrada no município de São

The first part of the report deals with the general situation of the country and the progress of the work done during the year.

The second part of the report deals with the results of the work done during the year and the progress of the work done during the year.

The third part of the report deals with the results of the work done during the year and the progress of the work done during the year.

The fourth part of the report deals with the results of the work done during the year and the progress of the work done during the year.

The fifth part of the report deals with the results of the work done during the year and the progress of the work done during the year.

The sixth part of the report deals with the results of the work done during the year and the progress of the work done during the year.

The seventh part of the report deals with the results of the work done during the year and the progress of the work done during the year.

The eighth part of the report deals with the results of the work done during the year and the progress of the work done during the year.

Paulo. Parcela significativa dos 31.588.925 habitantes do Estado de São Paulo¹, é composta por crianças e adolescentes (36,2%), correspondendo a 11.431.616 crianças e jovens, assim distribuídos:

Idade	No. de Habitantes
De 0 a 6 anos	4.392.111
De 7 a 14 anos	5.282.560
De 15 a 17 anos	1.756.945

Segundo o "Mapa da Criança"², há no Estado de São Paulo 7% de crianças e adolescentes vivendo em situação de indigência, o que significa em números absolutos 792.517 crianças e jovens indigentes³, estando 271.220 na área urbana não metropolitana; 194.226 na área rural; e 327.070 na área metropolitana. Ainda segundo dados do IPEA, 1/4 da população indigente entre 7 e 14 anos de idade do Estado não frequênta a escola

Para que o CONDECA possa atuar na formulação de políticas concernentes aos direitos da criança e do adolescente, em condições de analisar, questionar e colaborar nas ações decorrentes dos preceitos do ECA, de forma integrada aos CMDCA's, os dados da pesquisa e o intercâmbio iniciado propiciará condições de "compor um conjunto articulado de informações, que apoie a seleção de programas sociais voltados para a redução dos níveis de exclusão e segregação observados (...), sobretudo face aos riscos de sua ampliação em decorrência da crise econômica atual e das conseqüências sociais de políticas de ajuste da economia orientadas por diretrizes mundiais de recorte neoliberal (...). Tais riscos de ampliação da desigualdade e da segregação estariam presentes nas seguintes tendências: redução do mercado formal de trabalho; difusão acentuada de valores individualistas e daqueles associados a uma moderna sociedade de consumo; mercantilização da cultura e monopolização dos meios de comunicação de massa; recuos nas políticas públicas e conseqüente privatização mais ampla dos serviços de educação, saúde e da previdência social; adoção de princípios empresariais em avaliações do agir social - produtividade e competitividade; desestabilização de formas de organização da sociedade capazes de amenizar parte dos custos sociais da modernização e manter expectativas de mobilidade

1. Censo Demográfico IBGE, 1991 - dados preliminares

2. O Mapa da Criança: A indigência entre as crianças e adolescentes - documento de política no. 19 e 20, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - coord. Ana Maria Peliano, Brasília - DF, nov. 1993. Estimativas elaboradas a partir dos dados da PNAD 1990 e censos demográficos de 1980 e 1991.

3. Indigente: pessoa cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo (segundo a FAO, a cesta básica per capita/dia corresponde a 2.242 Kcal e 53 gramas de proteína).

1950-1951

The first part of the report deals with the general situation in the country during the year 1950. It covers the political, economic, and social aspects of the country's development. The second part of the report deals with the specific details of the country's development during the year 1951. It covers the political, economic, and social aspects of the country's development.

The first part of the report deals with the general situation in the country during the year 1950. It covers the political, economic, and social aspects of the country's development. The second part of the report deals with the specific details of the country's development during the year 1951. It covers the political, economic, and social aspects of the country's development.

The first part of the report deals with the general situation in the country during the year 1950. It covers the political, economic, and social aspects of the country's development. The second part of the report deals with the specific details of the country's development during the year 1951. It covers the political, economic, and social aspects of the country's development.

1950-1951	1950-1951
1950-1951	1950-1951
1950-1951	1950-1951
1950-1951	1950-1951

The first part of the report deals with the general situation in the country during the year 1950. It covers the political, economic, and social aspects of the country's development. The second part of the report deals with the specific details of the country's development during the year 1951. It covers the political, economic, and social aspects of the country's development.

social ascendente; descrédito social nas instituições públicas, nos políticos e na política; crise dos movimentos sociais; incorporação da pobreza às formas para-legais de trabalho e, ainda, ao circuito das drogas e do contrabando, acentuando clivagens sociais, estereótipos e preconceitos com relação ao lugar dos pobres nas grandes cidades brasileiras"⁴.

Em síntese, segundo Torres, os processos que articulam e marcam a urbanização e modernização na história brasileira são de recorte excludente:

**Anos 50: expectativas positivas com relação ao processo de urbanização, com base na projeção de uma moderna sociedade de classes, capaz de propiciar a superação do domínio oligárquico (de base agrária) no país.*

Anos 60: ruptura autoritária de 1964. Reconhecimento da marginalização como a outra face do processo de urbanização, em decorrência do dinamismo extrovertido da economia e dos conseqüentes limites do mercado de trabalho.

Anos 70: agravamento da exclusão social, em contraditória associação com o crescimento da economia. Visibilidade crescente da politização das condições de vida urbana e da desigualdade social e política. Crescimento dos movimentos sociais.

Anos 80: amadurecimento da democracia numa conjuntura marcada pela agudização da crise econômica. Ampliação do espaço político e crítica ao caráter centralizado do planejamento. Emergência de novas questões sociais sem correspondência com o seu tratamento pela nova institucionalidade.

*Anos 90: novas formas de expressão e visibilidade da pobreza urbana. Aumento da violência e crise das soluções institucionais rotineiras. Aumento do potencial de exclusão e falta de expectativas políticas compartilhadas. Ausência de projetos abrangentes para o enfrentamento das questões sociais. Tendência a aceitação tácita da exclusão.*⁵

O que a economia brasileira vai experimentar nos próximos anos, segundo Tavares, "não é um processo de estabilidade, mas sim de desajuste e instabilidade estrutural. A expressão usual entre os economistas nas décadas de 70 e 80: 'o rabo balança o cachorro' deve ser substituída por 'o rabo vai engolir o cachorro'. Vale dizer: as condições externas já não são apenas 'determinantes em última instância', como na economia dependente; agora são determinantes em primeira instância, ou seja, o capitalismo brasileiro associado está passando rapidamente a capitalismo subordinado (...), só que as coisas não são tão simples assim e a grande metrópole local, São Paulo, pode não ficar satisfeita com os resultados do novo ajuste cambial, patrimonial e fiscal. Mas isso, continua Tavares, nos levaria a um outro

4 . RIBEIRO, Ana Clara Torres - Metrópoles Brasileiras: Limites à integração social no Rio de Janeiro e em São Paulo, pp. 1. Convênio UNV-UNRISD - IPPUR - CNPq, Rio de Janeiro, nov. 1994.

5 . RIBEIRO, Ana Clara Torres, op. cit., pág. 3

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..



tema sobre o lado político da instabilidade estrutural. Desta vez, o coração do capitalismo brasileiro⁶, tendo-se tornado também o coração político da nação (ao contrário da década de 30), está submetido a uma perigosa esquizofrenia: estar no poder e ser contra ele."⁷

Dado este contexto bastante sombrio, as recomendações de Torres são pertinentes quando conclui que "as intervenções dirigidas aos excluídos necessitam envolver a participação da sociedade abrangente, retendo tendências à guetificação e restabelecendo níveis anteriores de interação social e cultural. Assim, seriam especialmente relevantes aquelas intervenções que, ao respeitarem as organizações populares, comprometessem, em sua execução, o poder público e instituições representativas de outras parcelas da sociedade urbana"⁸.

Na história recente, os movimentos sociais e populares dos anos 80 em diante tiveram papel importante na construção de espaços para a cidadania, que não devem e não podem ser perdidos; foi assim que os movimentos sociais organizados, através de amplo processo de debate e mobilização popular, elaboraram emendas populares assegurando o espaço da criança e do adolescente na Constituição Federal de 1988, no art. 204 e no capítulo VII, artigos 226 a 230. O artigo 227 diz que é *"dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão"*.

Após a promulgação da Constituição, a articulação dos movimentos sociais manteve-se afim de garantir a revogação do "Código de Menores" e elaboração do "Estatuto da Criança e do Adolescente", lei federal no. 8069 de 13 de julho de 1990 que regulamenta o art. 227 da Constituição Federal, consolidando os seguintes princípios: crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, para tudo deve ser levado em conta sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, seus direitos deverão ser tratados com prioridade absoluta.

As inovações do ECA em relação ao antigo "Código de Menores" são:

- abolição das categorias ideológicas e estigmatizantes "menor" e "situação irregular" (ainda hoje a palavra menor é utilizada de forma pejorativa ou equivocada);
- a inclusão de todas as crianças (de zero a 12 anos incompletos) e adolescentes (entre 12 e 18 anos de idade) como destinatários do novo direito, sem discriminação;

6 - A respeito da abertura às importações e sobre as previsões do destino da indústria brasileira, vide Rogério Cezar Cerqueira Leite (físico/UNICAMP), "O suicídio da indústria brasileira", in Folha de São Paulo, Tendências/Debates, pp. 3, quinta-feira, 08 de dez. 1994, SP.

7. TAVARES, Maria da Conceição (economista e professora da UFRJ e UNICAMP), "O Brasil e a instabilidade estrutural - capitalismo brasileiro associado está passando rapidamente a subordinado; a metrópole manda e o satélite obedece", in Folha de São Paulo, Finanças - Lições Contemporâneas, pp. 2-4, domingo, 04 de dez. 1994, SP.

8. RIBEIRO, Ana Clara Torres, op. cit., pág. 42

The first part of the report deals with the general situation in the country and the progress of the work during the year. It is followed by a detailed account of the various projects and the results achieved. The report concludes with a summary of the work done and a list of the publications produced.

The second part of the report deals with the financial situation of the institution. It gives a detailed account of the income and expenditure for the year and shows how the funds have been used for the various projects. It also mentions the amount of the grant received from the Government and the amount of the subscription received from the public.

The third part of the report deals with the personnel of the institution. It gives a list of the staff members and their duties and mentions the names of the students who have been admitted to the various courses. It also mentions the names of the members of the various committees and the work done by them during the year.

The fourth part of the report deals with the publications produced during the year. It gives a list of the books, pamphlets, and other publications and mentions the names of the authors and the publishers. It also mentions the amount of the grant received from the Government for the publication of the books and the amount of the subscription received from the public for the purchase of the books.

The fifth part of the report deals with the general progress of the work during the year. It mentions the various projects that have been completed and the results achieved. It also mentions the various conferences and meetings that have been held and the work done by them. It concludes with a summary of the work done and a list of the publications produced.

The sixth part of the report deals with the financial situation of the institution for the year ending 1948. It gives a detailed account of the income and expenditure for the year and shows how the funds have been used for the various projects. It also mentions the amount of the grant received from the Government and the amount of the subscription received from the public.

- a municipalização do atendimento dos direitos de assistência social e proteção especial;
- a priorização obrigatória da questão em todos os níveis da sociedade;
- a participação da cidadania (sociedade civil) na elaboração, acompanhamento, controle das políticas de atendimento em todos os níveis;
- criação de mecanismos e instrumentos para a efetivação do direito constitucional nesta área:
 - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (federal: CONANDA; estadual: CONDECA e Conselhos Municipais - art. 88 do ECA)
 - Fundo Financeiro dos Direitos vinculados aos respectivos Conselhos DCAs
 - Conselhos Tutelares em todos os municípios e em bairros de grandes cidades (art. 131 e seguintes do ECA)
 - A Justiça da Infância e Juventude, redimensionada e dignificada, nos termos da constituição
 - A ação judicial/promotoria pública para que a lei seja respeitada pelos poderes públicos (interesses difusos e coletivos)
 - A revogação do código de menores

Diante do novo reordenamento institucional, fruto das lutas populares, deverá ser feita uma revisão das atribuições e competências de cada esfera de governo, afim de evitar a superposição e paralelismo de ações e competências entre as esferas de poder, assim como reforçar e incentivar a integração entre as instâncias de organização determinadas pelo ECA.

Foi dentro destes pressupostos que esta pesquisa participante - CONDECA/1994 foi planejada e executada

1950

1950

1950

1950

1950

1950

1950

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa é fruto da iniciativa, elaboração, discussão e maturação temática e metodológica da Comissão de Pesquisa do CONDECA - SP. Composta pelos Conselheiros representantes da sociedade civil: Teresinha Sarteschi Rafael Pinto, José Venâncio de Souza, Domingos Antonio Stamato e João Aparecido Trevisan Neto, proposta ao Conselho no início do ano de 1994, com a colaboração do Conselheiro Ulisses Duarte Guirgel.

Pensada inicialmente de forma mais ampla, incluía três módulos simultâneos de pesquisa: 1) Levantamento de dados quantitativos e de qualidade de vida das crianças e adolescentes em cada uma das 629 cidades do Estado de São Paulo; 2) Levantamento da situação de crianças vitimadas através de estudo junto às Varas da Infância, Promotoria, Delegacias de Polícia, Conselhos Tutelares e 3) Levantamento da situação de organização das instâncias determinadas pelo ECA e Fóruns DCAs através de dados quantificáveis e da participação dos Conselheiros no processo de coleta de dados e intercâmbio de idéias, denúncias e sugestões, rumo à integração e construção de um conjunto articulado de informações.

Superadas as dificuldades financeiras e de infraestrutura, os Conselheiros do Condeca envolvidos no trabalho foram a campo organizando dois Encontros em cada município sede de região administrativa do Estado. O primeiro dedicou-se à sensibilização e apresentação dos instrumentos de trabalho - *questionário* - para os municípios com CMDCA's, Conselho Tutelar, Fórum DCA ou pelo menos uma destas instâncias de organização e *planilhas* (mais simples) para o caso de municípios que não possuíam Conselho Municipal DCA, Conselho Tutelar, Fundo dos Direitos e/ou Fórum DCA, ou instâncias em articulação inicial e/ou desativadas/desmobilizadas. O segundo Encontro teve como objetivo uma nova troca de informações com os municípios e recebimento de questionários e planilhas preenchidas, preferencialmente de todos os municípios de cada região administrativa.

Em virtude do recorte metodológico - pesquisa participante - objetivava-se um censo e contatos pessoais envolvendo todos os municípios do Estado, num período de um mês (setembro/1994). Por dificuldades operacionais e de comunicação, dentre outras, o campo estendeu-se até 10 de novembro de 1994 para retorno de maior número de municípios, o que resultou em resposta de 389 municípios do Estado (dois terços), além dos contatos extremamente positivos e frutíferos, segundo a avaliação dos Conselheiros envolvidos na pesquisa.

Trabalharam neste estudo coordenando regiões, questionários, palestras e debates os seguintes Conselheiros:

- RMSP - *Região Metropolitana de São Paulo*: João Aparecido Trevisan Neto e Onésimo Genari

1. The first part of the document is a list of names and addresses.

2. The second part is a list of names and addresses.

3. The third part is a list of names and addresses.

4. The fourth part is a list of names and addresses.

5. The fifth part is a list of names and addresses.

6. The sixth part is a list of names and addresses.

7. The seventh part is a list of names and addresses.

8. The eighth part is a list of names and addresses.

9. The ninth part is a list of names and addresses.

10. The tenth part is a list of names and addresses.

11. The eleventh part is a list of names and addresses.

12. The twelfth part is a list of names and addresses.

13. The thirteenth part is a list of names and addresses.

14. The fourteenth part is a list of names and addresses.

15. The fifteenth part is a list of names and addresses.

16. The sixteenth part is a list of names and addresses.

17. The seventeenth part is a list of names and addresses.

18. The eighteenth part is a list of names and addresses.

19. The nineteenth part is a list of names and addresses.

20. The twentieth part is a list of names and addresses.

21. The twenty-first part is a list of names and addresses.

22. The twenty-second part is a list of names and addresses.

23. The twenty-third part is a list of names and addresses.

24. The twenty-fourth part is a list of names and addresses.

25. The twenty-fifth part is a list of names and addresses.

26. The twenty-sixth part is a list of names and addresses.

27. The twenty-seventh part is a list of names and addresses.

28. The twenty-eighth part is a list of names and addresses.

29. The twenty-ninth part is a list of names and addresses.

30. The thirtieth part is a list of names and addresses.

31. The thirty-first part is a list of names and addresses.

32. The thirty-second part is a list of names and addresses.

33. The thirty-third part is a list of names and addresses.

34. The thirty-fourth part is a list of names and addresses.

35. The thirty-fifth part is a list of names and addresses.

- 1a. região-*Registro*: Domingos Antonio Stamato
- 2a. região-*Santos*: Domingos Antonio Stamato e Teresinha Sarteschi Rafael Pinto
- 3a. região-*São José dos Campos*: Isa Maria Ferreira da Rosa Guará
- 4a. região-*Sorocaba*: Domingos Antonio Stamato e Teresinha Sarteschi Rafael Pinto
- 5a. região-*Campinas*: Maria Cecilia Ziliotto
- 6a. região-*Barretos*: Geraldo Mauricio Lima e Ulisses Duarte Guirgel
- 7a. região-*Bauru*: Maria Magdalena Alves e Maria Wanda Pereira
- 8a. região-*São José do Rio Preto*: Geraldo Mauricio Lima e Ulisses Duarte Guirgel
- 9a. região-*Araçatuba*: Maria Magdalena Alves e Maria Wanda Pereira
- 10a. região-*Presidente Prudente*: Maria Magdalena Alves e Maria Wanda Pereira
- 11a. região-*Marília*: Maria Magdalena Alves e Maria Wanda Pereira
- 12a. região-*Central* (Araraquara e São Carlos): Geraldo Mauricio Lima e Ulisses Duarte Guirgel
- 13a. região-*Barretos*: Geraldo Mauricio Lima e Ulisses Duarte Guirgel
- 14a. região-*Franca*: Geraldo Mauricio Lima e Ulisses Duarte Guirgel

Obteve-se assim, os resultados apresentados na tabela 1, a seguir

Tabela 1
Pesquisa CONDECA - 1994
Total de Questionários e Planilhas Recebidos por Região - Setembro/Novembro 1994

Regiões	Total de munic.	Planilhas e questionários recebidos - válidos				Quest. inválidos
		Total	%	Planilha	Quest.	
Região Metropolitana	39	17	43.6	2	15	-
Registro	14	5	35.7	1	4	-
Santos	9	6	66.6	-	6	-
São José dos Campos	38	19	50.0	4	15	-
Sorocaba	77	48	62.3	27	21	-
Campinas	93	75	80.6	42	33	-
Ribeirão Preto	23	11	47.8	4	7	1
Bauru	37	18	48.6	6	12	-
São José do Rio Preto	95	49	51.6	27	22	-
Araçatuba	39	28	71.8	18	10	-
Presidente Prudente	50	40	80.0	21	19	-
Marília	50	37	74.0	24	13	-
Araraquara	23	11	47.8	3	8	-
Barretos	19	8	42.1	5	3	-
Franca	23	17	73.9	9	8	1
Total Geral	629	389	61.8	193	196	2

* Questionários: aplicados aos municípios que tem CMDCA e/ou Conselho Tutelar e/ou Fórum DCA

** Planilhas: aplicadas aos municípios sem organização do ECA ou CMDCA não instalado

O planejamento e execução técnica do estudo ficou a cargo do IADES, Instituto de Análises sobre o Desenvolvimento Econômico Social, São Paulo, sob a coordenação geral de Cacilda Maria Ascitti, envolvendo 22 profissionais da área de pesquisa sob a coordenação de:

- Equipe 1 (cadastro e digitação) - Maria Angélica Sanches (Méri)
- Equipe 2 (processamento e tabulação) - Roberto Catelli Jr.
- Equipe 3 (crítica e codificação) - Eliana Marcondes Pralon

Este estudo gerou *16 relatórios* de pesquisa, um para cada região administrativa (total de 15 regiões) e um relatório geral para o Estado de São Paulo como um todo. Gerou também um *cadastro* contendo: dados de população, leis de criação dos CMDCA's, Fundos, Conselhos Tutelares, contatos em cada município, datas de posse e instalação das instâncias, etc.

... ..

- 1.
- 2.
- 3.

... ..

3. SÍNTESE DOS DADOS

3.1 Organização DCA no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo, localizado na região Sudeste do país compreende 629 municípios e uma população de 31.588.925 habitantes sendo que 36% são crianças e adolescentes (de zero a 17 anos) objeto primeiro deste estudo.

O nível de agregação dos dados apresentados obedeceu ao padrão de organização espacial para a administração pública estadual⁹, as 15 regiões Político-Administrativas, e no presente estudo agregado para o Estado de São Paulo como unidade da federação.

Os dados foram obtidos através de dois encontros realizados nos municípios sede das regiões administrativas, coordenados pelos Conselheiros do CONDECA junto aos Conselhos Municipais DCA, Conselhos Tutelares, Fóruns DCA e representantes, basicamente da área social do executivo/secretarias municipais em setembro e outubro de 1994, abrangendo os municípios de cada região

As informações obtidas através do retorno de questionários e planilhas abarcou 62% dos municípios do Estado com informações de 389 municípios.

Planejado para atingir todo o universo de municípios do estado de São Paulo, único modo de obter-se informações precisas sobre a existência e funcionamento dos Conselhos Municipais DCA, Fundo Financeiro, Conselho Tutelar e Fórum DCA com número da lei/decreto de criação de cada instância, endereços, contatos, etc¹⁰ e conhecer a situação de organização e funcionamento destas instâncias; obteve-se informações de 389 municípios e ausência de dados sobre os demais 240 municípios (38%).

Os resultados e análises baseiam-se nos dados obtidos em 62% dos municípios do Estado de São Paulo

⁹ Região administrativa: identificada por subsistemas constituídos por áreas contíguas.

¹⁰ Cadastro: os dados de cada município encontram-se no Cadastro montado a partir das informações deste estudo.

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions and activities related to the business.

2. It is essential to ensure that all financial data is properly documented and stored in a secure location.

3. Regular audits should be conducted to verify the accuracy of the records and to identify any potential discrepancies or errors.

4. The second part of the document provides a detailed overview of the company's financial performance over the past year.

5. This section includes a breakdown of revenue, expenses, and net income, along with a comparison to the previous year.

6. The data shows a steady increase in revenue, which is primarily attributed to the growth in the company's core product line.

7. However, there has been a corresponding increase in operating expenses, which has resulted in a slight decrease in net income.

8. The third part of the document outlines the company's strategic goals for the upcoming year, including plans to expand into new markets.

9. The document concludes with a summary of the key findings and recommendations.

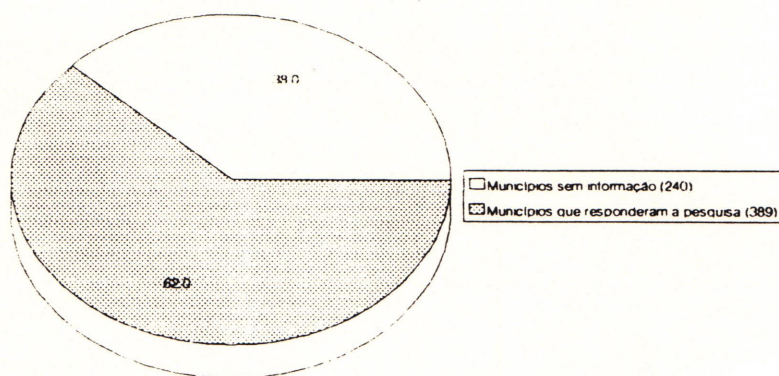


Gráfico 1
Balanço da Pesquisa - Estado de São Paulo

Dentre os 62% dos municípios do Estado de São Paulo que responderam à pesquisa, a situação de organização das instâncias determinadas pelo ECA e articulação da sociedade civil é a seguinte (tab. 68):

- Conselho Municipal DCA

- 265 CMDCA criados por lei/decreto 68%
- 124 municípios não tem iniciativa ou CMDCA em tramitação 32%

CMDCA em funcionamento: 185 (47,6%)

- Fundo Financeiro DCA

- 103 Fundos DCA - regulamentados 26,5%
destes, em 45 não entrou verba.
- 286 municípios não tem iniciativa ou em tramitação 73,5%

- Conselhos Tutelares

- 140 municípios com Conselho Tutelar criado por lei 36%
- 62 municípios tem Conselho Tutelar em funcionamento 16%
- 327 municípios com Conselho Tutelar em implementação ou sem iniciativa 84%

Conselhos Tutelares em funcionamento: 85¹¹

¹¹ 4 municípios com 2 C.T. = 8; São Paulo com 20 Conselhos Tutelares

1. Introduction

2. Methodology

The methodology of this study is based on a combination of qualitative and quantitative methods. The data was collected through interviews and surveys. The analysis was conducted using statistical software and thematic analysis.

3. Results

The results of the study indicate that there is a significant correlation between the variables studied. The data shows that the majority of participants reported a positive impact on their well-being.

4. Conclusion



5. References

- Fórum Municipal DCA

- 41 municípios com Fórum DCA ativo 10,5%
- 348 municípios sem Fórum DCA ou desativados G 89,5%

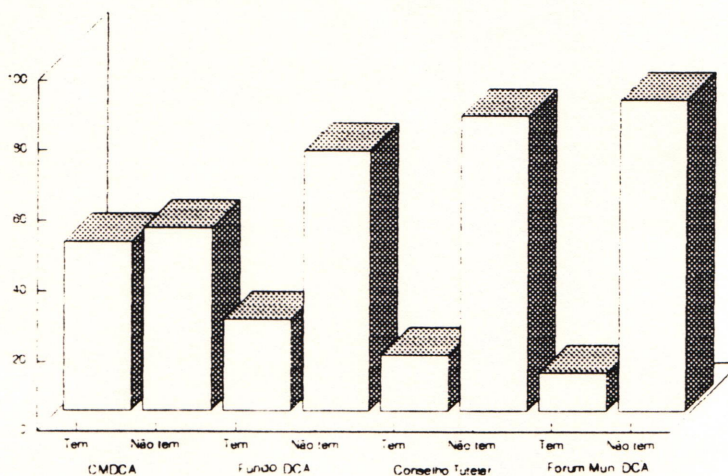


Gráfico 2

Situação de Organização dos Direitos da Criança e do Adolescente - do Estado de São Paulo (Por município - em funcionamento)

Estimativas

Por estimativa poder-se-ia afirmar que: se em 62% dos municípios abrangidos pelo estudo encontram-se este número de instâncias DCA, para o universo como um todo (sem considerar que os municípios de pequeno porte possam estar menos organizados), estima-se para o Estado de São Paulo que haja:

- ⇒ CMDCAs entre: 265 a 425 municípios
- ⇒ Conselho Tutelar entre: 140 a 226 municípios
- ⇒ Fundo Financeiro DCA entre: 103 A 166 municípios

The first part of the report deals with the general situation in the country. It is a very interesting and well-written account of the country's progress during the year. The author has done a great deal of research and has gathered a wealth of material. The report is a valuable contribution to the knowledge of the country's development.

The second part of the report deals with the economic situation. It is a very interesting and well-written account of the country's economic progress during the year. The author has done a great deal of research and has gathered a wealth of material. The report is a valuable contribution to the knowledge of the country's economic development.

The third part of the report deals with the social situation. It is a very interesting and well-written account of the country's social progress during the year. The author has done a great deal of research and has gathered a wealth of material. The report is a valuable contribution to the knowledge of the country's social development.

The fourth part of the report deals with the political situation. It is a very interesting and well-written account of the country's political progress during the year. The author has done a great deal of research and has gathered a wealth of material. The report is a valuable contribution to the knowledge of the country's political development.

3.2 Síntese do Estado de São Paulo

Situação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado de São Paulo

	Reg. Metro- politana		São J Campos		Sorocaba		Campinas		Ribeirão Preto		Itauru		J. Rio Preto		Araçatuba		Pres Prudente		Marília		Central		Barretos		Franca					
	Fun- ciona	Não func	Fun- ciona	Não func	Fun- ciona	Não func	Fun- ciona	Não func	Fun- ciona	Não func	Fun- ciona	Não func	Fun- ciona	Não func	Fun- ciona	Não func	Fun- ciona	Não func	Fun- ciona	Não func	Fun- ciona	Não func	Fun- ciona	Não func	Fun- ciona	Não func				
O CMDCA está aprovado mas não foi implementado/implantado	2	1	2	7	14	3	1	16	4	6	4	4	16	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4			
Não tem, está em discussão na sociedade civil	100,0	100,0	50,0	24,1	33,3	50,0	14,3	59,3	33,3	50,0	14,3	14,3	59,3	33,3	33,3	17,4	17,4	17,4	17,4	14,8	33,3	33,3	20,0	20,0	20,0	20,0	55,6			
Não tem e está sem iniciativa para sua criação			1	5	10	2	1	2	3	3	1	1	2	3	3	4	4	4	4	7	1	1	2	2	2	2	4			
Sim, Cons. está aprovado na Câmara Mun. e sancionado pelo prefeito	15	4	15	19	33	14	11	22	5	5	11	11	22	10	10	17	100,0	100,0	48,1	33,3	33,3	33,3	40,0	40,0	40,0	44,4				
Conselho foi criado, funcionou e agora está desativado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	11,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			
Sim, está em tramitação na Câmara Municipal																														
TOTAL	15	2	4	1	6	0	15	4	19	29	33	42	5	6	11	7	22	27	10	18	17	23	10	27	8	3	3	5	8	9
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

4. Conselho Municipal DCA

4.1 Situação de Implantação

Considerando-se o total de 389 municípios que forneceram informes à Pesquisa CONDECA 1994 no Estado de São Paulo a situação de organização dos Conselhos Municipais DCA apresenta-se (tab. 68):

- 188 municípios possuem Conselho Municipal aprovado na Câmara e sancionado pelo prefeito 48%
- 80 municípios não tem CMDCA e não há iniciativa para sua criação..... 21%
- 69 municípios, o CMDCA está aprovado mas não foi implementado/implantado.. 18%
- 43 municípios, não tem CMDCA, mas está em discussão na sociedade civil 11%
- 8 municípios, Conselho foi criado, funcionou e agora está desativado/foi criado, conselheiros tomaram posse, mas não funciona..... 2%
- 1 município - CMDCA está em tramitação na Câmara Municipal 0,3%

As análises que seguem são pertinentes aos municípios que possuem pelo menos uma instância de organização sobre os Direitos da Criança e do Adolescente¹².

Dentre os 196 municípios do Estado de São Paulo com alguma forma de organização determinada pelo ECA, a situação dos Conselhos DCA se apresentam:

- 188 municípios possuem Conselho Municipal aprovado e sancionado pelo prefeito 96%
- 4 municípios não tem CMDCA, mas está em discussão na sociedade civil 2%
- 3 o CMDCA está aprovado mas não foi implementado/implantado 1,5%
- 1 CMDCA está em tramitação na Câmara 0,5%

A respeito da iniciativa para formação dos Conselhos, vale lembrar aqui que nos anos 80 uma das questões em que havia acordo entre os membros da sociedade civil, tanto nas discussões das emendas populares para a Constituição de 88, quanto posteriormente na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente, nos Fóruns DCA, etc., era sobre a concepção sobre os Conselhos como instância que levaria à inversão de mecanismos decisórios; era consenso que os mecanismos de poder (executivo/tecno-burocrata estatal) deveriam ser rompidos — o Conselho — deslocaria o eixo de decisão do poder tradicionalmente nas mãos do executivo (estado/município) das decisões impostas "de cima para baixo", para a sociedade civil de forma partilhada e de "baixo para cima", na defesa de interesses de base coletiva.

¹² Referem-se aos questionários aplicados; as planilhas (nenhuma organização ou organização insuficiente) estão analisadas no item 9 deste estudo.

MEMORANDUM FOR THE RECORD

DATE: 10/10/1964

TO: SAC, NEW YORK

FROM: SA [Name], NEW YORK

SUBJECT: [Subject]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

Observa-se porém, quando da iniciativa para formação dos Conselhos (tab. 3), partindo em 2/3 dos casos dos "órgãos governamentais", que o eixo político decisório, desloca-se muito lentamente no Estado de São Paulo e que os movimentos sociais DCA não estão conseguindo nuclear as decisões e nem formas novas de encaminhamentos e participação, aquelas que o imaginário político dos anos 80 nos fazia crer.

Assim, observando a tabela 3 temos que a iniciativa de formação do Conselho partiu, em:

- 125 municípios "dos Órgãos Governamentais (OGs)"64%
- 41 municípios "das organizações não governamentais (ONGs)"21%
- 16 municípios "de ambos: ONG/Fórum e órgãos governamentais"8%
- 1 município "Judiciário/Juizado de Menores".....0,5%
- 1 município "projeto de vereador".....0,5%
- 1 município "promotoria pública do município/de outra Comarca".....0,5%
- 10 municípios não informaram sobre a iniciativa.....5%

Os anos mais ativos para a formação dos Conselhos DCA foram os dois anos seguintes à promulgação do ECA, 1991 e 1992 quando foram aprovados 71% dos decretos/leis de formação dos Conselhos.

Ano de aprovação da Lei/decreto de criação do CMDCA (tab. 4):

- 1991 71 CMDCAs
- 1992 63 CMDCAs
- 1993 24 CMDCAs
- 1994 15 CMDCAs
- 1995 10 CMDCA
- 7 Conselhos não informaram ano da lei

O número de Conselheiros (titulares e suplentes) está na faixa entre 16 Conselheiros Municipais e 30 ou mais. A maior frequência distribui-se (tab. 5):

- 28 CMDCA com 16 conselheiros..... 15%
- 28 CMDCA com 20 conselheiros..... 15%
- 25 CMDCA com 24 conselheiros..... 13%
- 24 CMDCA com 30 ou mais conselheiros 13%
- 16 CMDCA com 12 conselheiros.....9%

A totalidade dos Conselhos tem representação paritária e a duração dos mandatos dos Conselheiros, em 90% dos casos (171 CMDCA) é de 2 anos e permitida a reeleição/recondução em 86% dos casos (tab. 6).

Na implantação dos Conselhos Municipais (tab. 7), observa-se a tendência maior "a escolha/indicação dos Conselheiros" no processo de formação do Corpo de Conselheiros (tab. 7) sendo que o critério de eleições predomina entre os Conselheiros não-governamentais.

- todos os conselheiros foram escolhidos/indicados53%
- foram escolhidos só os governamentais38%
- os não-governamentais foram eleitos.....35%
- foram escolhidos/indicados (soc. Civil) pelas ONGs5%
- foram eleitos todos (governamentais e não-governamentais)3%

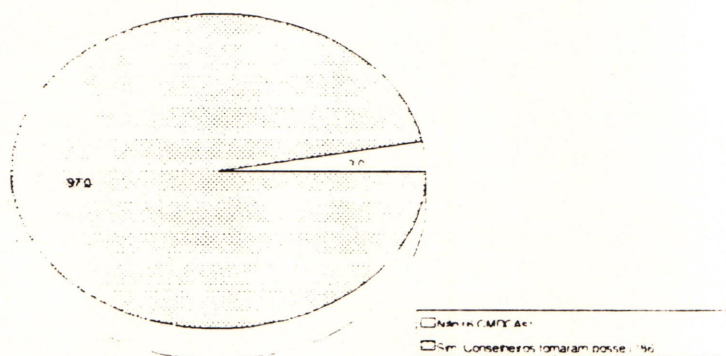


Gráfico 3

Implantação - Conselhos que já deram posse aos Conselheiros

Na composição e representação dos movimentos sociais observa-se forte representação entre os Conselheiros da sociedade civil de ONGs de atendimento, instituições religiosas, movimentos populares e entidades de defesa dos direitos. Entre a representação das instâncias governamentais, o executivo municipal (secretaria e órgãos) e em menor participação, executivo estadual, judiciário, ministério público e legislativo municipal (tab. 9).

The first section of the report deals with the general situation in the country during the year. It mentions the political and economic conditions, and the progress of the various departments of the Government. It also refers to the work of the various commissions and committees appointed during the year.

CHAPTER II - THE ECONOMIC SITUATION

1. Introduction

The economic situation in the country during the year has been characterized by a general decline in the volume of business and a corresponding fall in the level of prices. This has been due to a variety of factors, including the effects of the war, the shortage of raw materials, and the general uncertainty of the future.

The Government has taken a number of steps to deal with the economic situation, including the imposition of price controls and the rationing of essential goods. These measures have helped to stabilize the economy to some extent, but they have also led to a number of difficulties, including the shortage of goods and the loss of jobs.

- Entidades e órgãos que participam do CMDCA (tab. 9)
 - Conselheiros titulares e suplentes da sociedade civil (não governamentais)
 - * entidades de atendimento (creches, centros de juventude, etc.).....89%
 - * Pastorais/instituições religiosas/Igrejas62%
 - * movimentos populares (soc. amigos, grupos de comunidade).....58%
 - * entidades de defesa (da criança e do adolescente/dos direitos humanos/ OAB/APMs42%
 - * Clubes de serviço (Lions, Rotary, Clube de Lojistas, etc.)38%
 - * Movimento Sindical de trabalhadores (sindicatos)18%
 - * Sindicatos patronais9%
 - * entidades de atendimento à saúde (crianças portadoras de deficiência/APAE).....2%
 - * Ministério público.....2%
 - Conselheiros titulares e suplentes governamentais
 - * Executivo municipal (secretaria/órgãos)96%
 - * Executivo estadual (secretaria/órgãos)33%
 - * Judiciário/Ministério Público18%
 - * Legislativo municipal/vereador12%
 - * Executivo federal (fundações, órgãos, LBA, CBIA)4%
 - * Não respondeu0,5%

Os Conselhos Municipais em sua maioria (75%) possuem Coordenação¹³ eleita/escolhida e muitos segundo relatos e observações nos questionários possuem comissões temáticas e/ou organizativas (tab 10)

4.2 Funcionamento dos CMDCA's

Os Conselhos DCA vêm atuando com regularidade, promovendo reuniões ordinárias sistemáticas e reuniões extraordinárias e de comissões freqüentes ou sempre que necessário segundo os informes, em apenas 10 Conselhos "não há reuniões" (5,4%). A periodicidade mais freqüente tem sido (tab. 11)

- 112 CMDCA's - mensal 61%
- 31 CMDCA's - quinzenal 17%
- 12 CMDCA's - semanal 7%

¹³ Nomes/cargos e telefone para contato - Vide Cadastro

Section 1: Introduction

Section 2: Methodology

Section 3: Results

Section 4: Discussion

Section 5: Conclusion

The study was conducted in a laboratory setting. The participants were recruited from a local university. The experiment was designed to measure the effect of the independent variable on the dependent variable. The results showed a significant positive correlation between the two variables.

Section 6: References

The data was analyzed using statistical software. The results were compared to previous studies in the field. The findings suggest that the independent variable has a strong influence on the dependent variable. Further research is needed to explore the underlying mechanisms.

- 1. Smith, J. (2010). The effect of X on Y. *Journal of Psychology*, 145(3), 45-55.
- 2. Brown, A. (2012). Exploring the relationship between X and Y. *Research in Psychology*, 28(1), 12-20.
- 3. Johnson, B. (2015). A comprehensive review of X and Y. *Annual Review of Psychology*, 66, 345-375.
- 4. Davis, C. (2018). The role of X in the development of Y. *Developmental Psychology*, 54(2), 180-190.
- 5. White, E. (2020). X and Y: A meta-analysis. *Meta-Analysis of Psychology*, 15(1), 10-25.

Section 7: Appendix

- 1. Appendix A: Participant Demographics
- 2. Appendix B: Experimental Procedure
- 3. Appendix C: Raw Data
- 4. Appendix D: Statistical Analysis
- 5. Appendix E: Ethical Approval
- 6. Appendix F: Questionnaire
- 7. Appendix G: Interview Schedule
- 8. Appendix H: Coding Scheme
- 9. Appendix I: Consent Form
- 10. Appendix J: Debriefing Script

The authors would like to thank the participants and the research assistants for their contribution to this study.

Section 8: Acknowledgments

Observa-se representatividade nas reuniões e tendo como tendência, maior a participação relativa dos representantes "não-governamentais", apesar de desenvolverem atividade voluntária. (tab. 12 e 13)

-
- Comparecimento médio às reuniões

	Cons. Governamentais	não-governamentais
- todos comparecem	22%	17%
- mais da metade	42%	41%
- entre 1/3 e a metade	22%	27%
- menos de 1/3	8%	9%
- nunca aparecem	1%	2%

Retoma-se aqui a discussão: na relação executivo (governo)/sociedade civil. Há reconhecimento de direitos que deveriam ser partilhados, ou estão atuando no sentido do acirramento da conflitualidade (virtual ou aberta) como se os organismos de poder (executivo) tivessem parte de suas competências tradicionalmente vigentes diluídas por instâncias que até há pouco não existiam? Até que ponto as OGs incorporam formas de atuação paritárias? Questões cabíveis quando constata-se que a parte governamental não viabiliza infra-estrutura de apoio ao trabalho do Conselho, dificulta aprovação de outras instâncias, como o Fundo e o Conselho Tutelar, etc.

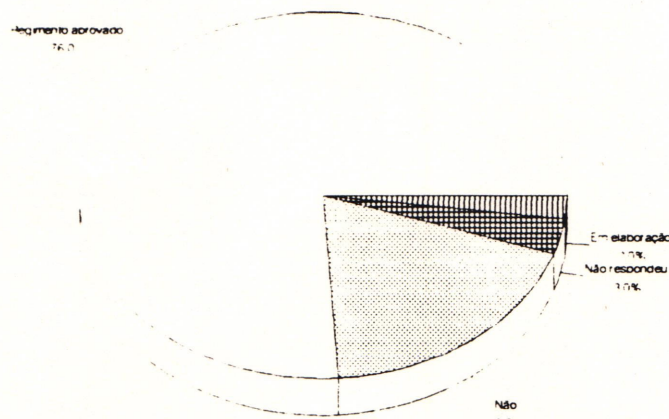


Gráfico 4

Conselhos tem Regimento interno aprovado (tab. 14)

Содержание

Содержание



Вопросы, связанные с организацией работы, являются одними из наиболее важных в деятельности любого предприятия. В настоящее время в связи с развитием науки и техники, а также с ростом конкуренции на рынке, требования к организации работы становятся все более жесткими. Поэтому необходимо уделять особое внимание этому вопросу.

1. Организация работы	10	10
2. Методы работы	15	15
3. Средства работы	20	20
4. Организация труда	25	25
5. Организация управления	30	30

Содержание работы

Содержание работы

(1950-1951)

Вопросы, связанные с организацией работы, являются одними из наиболее важных в деятельности любого предприятия. В настоящее время в связи с развитием науки и техники, а также с ростом конкуренции на рынке, требования к организации работы становятся все более жесткими. Поэтому необходимо уделять особое внимание этому вопросу.

Somente ¼ dos Conselhos Municipais estão instalados em "local próprio e com infraestrutura de apoio (45 Conselhos dentre os 185 em funcionamento). Em 57% dos casos, "o Conselho reúne-se em local provisório", ou só agora "está sendo viabilizado local" (10%) (tab. 15).

As principais conquistas, as principais atuações dos Conselhos Municipais estão ainda mais voltadas para sua própria estruturação, do que para definição de diretrizes e de políticas para a infância e a juventude. Os Conselhos não se colocam ainda como espaço de discussão política e técnica capaz de aglutinar formas de um agir novo com relação à infância e à juventude, ousam pouco, parecendo encontrar-se nos estágios iniciais de maturação técnica e política.

• Principais conquistas/atuação dos CMDCA's (tab. 16)

• Elaboração de lei/instalação/criação do Fundo Municipal/Conselho	
✓ Tutelar/ reformulação da lei	37%
• Implantação e consolidação do Conselho	19%
• Não respondeu	16%
• Outras conquistas/atuações	14%
• Cadastramento das entidades	10%
• Conscientização da população sobre a questão da criança e do adolescente	9%
• Apoio/interesse do governo municipal	7%
• Elaboração de padrões mínimos de atendimento	5%
• Não houve conquistas	5%
• Elaboração de Plano de Anual/Plano Diretor	4%
• Atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social	4%
• Criação do Fórum de Debates/seminários de conscientização	4%
• Conselho tomou posse recentemente/está em fase de levantamento e estudos/iniciando suas atividades/em reestruturação	4%
• Definição de prioridades para atuação/em processo de estudo, não partiu para ação	2%
• Elaboração do regimento interno	3%
• Criação de entidade/associação de proteção aos direitos da criança e do adolescente	2%
• Casa/abrigo para crianças em situação de abandono	2%
• Integração entre as entidades que atendem crianças e adolescentes	2%
• Apoio à ações neonatais - saúde (testes, exames)	1%
• Criação da Guarda Mirim	1%

一、總論	1
二、基本情況	2
三、主要成就	3
四、存在問題	4
五、經驗教訓	5
六、今後任務	6
七、附錄	7
八、參考文獻	8
九、圖表	9
十、附件	10
十一、說明	11
十二、總結	12
十三、意見	13
十四、建議	14
十五、其他	15
十六、後記	16
十七、附錄	17
十八、參考文獻	18
十九、圖表	19
二十、附件	20
二十一、說明	21
二十二、總結	22
二十三、意見	23
二十四、建議	24
二十五、其他	25
二十六、後記	26
二十七、附錄	27
二十八、參考文獻	28
二十九、圖表	29
三十、附件	30
三十一、說明	31
三十二、總結	32
三十三、意見	33
三十四、建議	34
三十五、其他	35
三十六、後記	36
三十七、附錄	37
三十八、參考文獻	38
三十九、圖表	39
四十、附件	40
四十一、說明	41
四十二、總結	42
四十三、意見	43
四十四、建議	44
四十五、其他	45
四十六、後記	46
四十七、附錄	47
四十八、參考文獻	48
四十九、圖表	49
五十、附件	50
五十一、說明	51
五十二、總結	52
五十三、意見	53
五十四、建議	54
五十五、其他	55
五十六、後記	56
五十七、附錄	57
五十八、參考文獻	58
五十九、圖表	59
六十、附件	60
六十一、說明	61
六十二、總結	62
六十三、意見	63
六十四、建議	64
六十五、其他	65
六十六、後記	66
六十七、附錄	67
六十八、參考文獻	68
六十九、圖表	69
七十、附件	70
七十一、說明	71
七十二、總結	72
七十三、意見	73
七十四、建議	74
七十五、其他	75
七十六、後記	76
七十七、附錄	77
七十八、參考文獻	78
七十九、圖表	79
八十、附件	80
八十一、說明	81
八十二、總結	82
八十三、意見	83
八十四、建議	84
八十五、其他	85
八十六、後記	86
八十七、附錄	87
八十八、參考文獻	88
八十九、圖表	89
九十、附件	90
九十一、說明	91
九十二、總結	92
九十三、意見	93
九十四、建議	94
九十五、其他	95
九十六、後記	96
九十七、附錄	97
九十八、參考文獻	98
九十九、圖表	99
一百、附件	100

（一）總論

本報告根據中央黨校編譯部編譯的《馬克思主義哲學原理》（人民出版社，1985年）一書，結合我國哲學界對馬克思主義哲學原理的學習和研究的實際情況，對馬克思主義哲學原理的學習和研究的現狀，以及今後學習和研究的任務，進行了初步的調查和總結。

（二）基本情況

馬克思主義哲學原理的學習和研究，在黨校系統中，已有一定程度的開展。據初步調查，目前黨校系統中，已有百分之八十的學員，不同程度地學習了馬克思主義哲學原理。在教學內容上，除馬克思主義哲學原理外，還包括馬克思主義哲學史、馬克思主義哲學與社會主義實踐的關係等內容。在教學方法上，除傳統的講授法外，還採用了討論法、辯論法等。

Um quadro claro para a compreensão, tanto das potencialidades quanto dos limites atuais dos Conselhos, delineia-se ao observar-se as dificuldades/problemas elencadas pelos Conselhos/Conselheiros. No tempo decorrido de existência legal dos Conselhos (meia década) persistem as lutas (iniciais) para a construção e consolidação desta instância.

- Principais problemas e dificuldades que o CMDCA enfrenta (tab. 17):
 - Falta de recursos em geral/falta de recursos para implantação de programas28%
 - Poucas pessoas e entidades interessadas ou disponíveis para o trabalho voluntário/falta de participação efetiva dos conselheiros 16%
 - Não respondeu 15%
 - Pouca/ausência de apoio do poder público municipal/falta de entendimento do poder público quanto ao papel dos Conselhos/descaso do poder público/interferência do poder público 14%
 - Dificuldade de conhecimento sobre atuação/falta de preparo do Conselheiro para o cargo/falta de informação/orientação/conscientização de sua função 13%
 - Ausência de infra-estrutura/falta de retaguarda 12%
 - Outras dificuldades 11%
 - Dificuldade de organização administrativa/falta de local para o Conselho 10%
 - Apatia popular/falta de participação da comunidade junto ao CMDCA 7%
 - Dificuldade de criação do Conselho Tutelar/implantação/regulamentação 6%
falta de sensibilização/aceitação/reconhecimento da comunidade/
 - Conscientização popular sobre o ECA 5%
 - Falta de conhecimento do Conselho pela Comunidade 4%
 - Funcionamento do Fundo 4%
 - Falta de sede própria 4%
 - Dificuldade de conhecimento da situação do município 3%
 - Falta de veículo próprio 2%
 - Ausência/falta de diagnóstico da problemática 2%
 - Problemas/falta de entrosamento com os conselheiros anteriores 2%
 - Não houve dificuldade 2%
 - Falta de seriedade no tratamento do problema/falta de compromisso 2%
 - Morosidade do sistema 2%
 - Falta de um plano de ação/falta de coordenação/metas 1%
 - Falta de vontade política 1%
 - Dificuldades com a definição de competências e atribuições do Conselho 1%
 - Município de pequeno porte 1%
 - Pouca/nenhuma participação dos Conselheiros não governamentais 0,5%

Introduction	1
Chapter I	10
Chapter II	20
Chapter III	30
Chapter IV	40
Chapter V	50
Chapter VI	60
Chapter VII	70
Chapter VIII	80
Chapter IX	90
Chapter X	100
Chapter XI	110
Chapter XII	120
Chapter XIII	130
Chapter XIV	140
Chapter XV	150
Chapter XVI	160
Chapter XVII	170
Chapter XVIII	180
Chapter XIX	190
Chapter XX	200
Chapter XXI	210
Chapter XXII	220
Chapter XXIII	230
Chapter XXIV	240
Chapter XXV	250
Chapter XXVI	260
Chapter XXVII	270
Chapter XXVIII	280
Chapter XXIX	290
Chapter XXX	300
Chapter XXXI	310
Chapter XXXII	320
Chapter XXXIII	330
Chapter XXXIV	340
Chapter XXXV	350
Chapter XXXVI	360
Chapter XXXVII	370
Chapter XXXVIII	380
Chapter XXXIX	390
Chapter XL	400
Chapter XLI	410
Chapter XLII	420
Chapter XLIII	430
Chapter XLIV	440
Chapter XLV	450
Chapter XLVI	460
Chapter XLVII	470
Chapter XLVIII	480
Chapter XLIX	490
Chapter L	500
Chapter LI	510
Chapter LII	520
Chapter LIII	530
Chapter LIV	540
Chapter LV	550
Chapter LVI	560
Chapter LVII	570
Chapter LVIII	580
Chapter LIX	590
Chapter LX	600
Chapter LXI	610
Chapter LXII	620
Chapter LXIII	630
Chapter LXIV	640
Chapter LXV	650
Chapter LXVI	660
Chapter LXVII	670
Chapter LXVIII	680
Chapter LXIX	690
Chapter LXX	700
Chapter LXXI	710
Chapter LXXII	720
Chapter LXXIII	730
Chapter LXXIV	740
Chapter LXXV	750
Chapter LXXVI	760
Chapter LXXVII	770
Chapter LXXVIII	780
Chapter LXXIX	790
Chapter LXXX	800
Chapter LXXXI	810
Chapter LXXXII	820
Chapter LXXXIII	830
Chapter LXXXIV	840
Chapter LXXXV	850
Chapter LXXXVI	860
Chapter LXXXVII	870
Chapter LXXXVIII	880
Chapter LXXXIX	890
Chapter LXXXX	900
Chapter LXXXXI	910
Chapter LXXXXII	920
Chapter LXXXXIII	930
Chapter LXXXXIV	940
Chapter LXXXXV	950
Chapter LXXXXVI	960
Chapter LXXXXVII	970
Chapter LXXXXVIII	980
Chapter LXXXXIX	990
Chapter LXXXXX	1000

These chapters are arranged in a systematic order, covering a wide range of subjects. The first chapter deals with the general principles of the subject, while the subsequent chapters provide a detailed and comprehensive treatment of various aspects. The final chapter summarizes the key findings and conclusions of the work.

4.3 Ações desenvolvidas pelos CMDCAs - atuação

Observando-se as ações desenvolvidas pelos Conselhos em seu conjunto constata-se saldos positivos na esfera da cidadania. A área da criança e do adolescente é tradicionalmente uma área precária em equipamentos sociais e que traz carências severas.

Os Conselhos por sua vez não possuindo condições favoráveis para execução do trabalho, como já observado (falta de infra-estrutura, de verbas, de apoio técnico, etc.) têm procurando sair de sua própria esfera de dificuldades, através de planos e ações.

Ações desenvolvidas pelos CMDCAs - resumo (tab. 18 a 21)¹⁴

Atuação Foi Realizado ?	Diagnóstico do município	Plano de Ação Municipal	Cadastramento das Entidades	Plano de ação para crianças e adolescentes em situação de risco
· não	47%	35%	23%	55%
· sim realizou	31%	25%	43%	39%
· sim, está sendo realizado	18%	35%	30%	--
· não respondeu	4%	5%	4%	4%

Assim, mais da metade dos CMDCAs do Estado "já realizou" ou "está realizando" o diagnóstico do município, plano de ação municipal para crianças e adolescentes, cadastramento de entidades e em menor percentual, planos de ação para crianças e adolescentes em situação de risco

A situação de planejamento, diretrizes e propostas para atendimento ao adolescente considerado autor de ato infracional é bastante precária, não há proposta e as soluções seguem seu encaminhamento tradicional

- Vara da Infância/Fórum
- Febem/SP
- por ausência de retaguarda

Somente 4% dos municípios com Conselho Municipal propostas (não foram detalhadas) na área preventiva e em relação a "prestação de serviços à comunidade" e "reparação de danos". Não aparece nesta pesquisa nenhuma proposta sócio-educativa, embora

¹⁴ Vide tabelas detalhadas - anexo

The first part of the report deals with the general situation of the country and the position of the industry. It is followed by a detailed analysis of the various factors influencing the industry's performance.

The second part of the report is devoted to a detailed study of the various factors influencing the industry's performance. It is followed by a detailed analysis of the various factors influencing the industry's performance.

The third part of the report is devoted to a detailed study of the various factors influencing the industry's performance. It is followed by a detailed analysis of the various factors influencing the industry's performance.

The fourth part of the report is devoted to a detailed study of the various factors influencing the industry's performance. It is followed by a detailed analysis of the various factors influencing the industry's performance.

The fifth part of the report is devoted to a detailed study of the various factors influencing the industry's performance. It is followed by a detailed analysis of the various factors influencing the industry's performance.

Year	1980	1981	1982	1983
Production (in million units)	100	110	120	130
Consumption (in million units)	90	95	100	105
Exports (in million units)	10	15	20	25
Imports (in million units)	0	0	0	0
Stocks (in million units)	0	0	0	0

The sixth part of the report is devoted to a detailed study of the various factors influencing the industry's performance. It is followed by a detailed analysis of the various factors influencing the industry's performance.

The seventh part of the report is devoted to a detailed study of the various factors influencing the industry's performance. It is followed by a detailed analysis of the various factors influencing the industry's performance.

The eighth part of the report is devoted to a detailed study of the various factors influencing the industry's performance. It is followed by a detailed analysis of the various factors influencing the industry's performance.

The ninth part of the report is devoted to a detailed study of the various factors influencing the industry's performance. It is followed by a detailed analysis of the various factors influencing the industry's performance.

este não fosse o objetivo do estudo, não foram citados planos que indicassem formas novas de atuação com relação aos jovens em conflito com a lei.

Quanto à sentença de "privação de liberdade" somente dois municípios propõe um reordenamento da estrutura atual (tab. 27).

- "Unidade de Internação em co-gestão com os municípios"

Simultâneo à busca de soluções que atendam à precariedade da situação social e econômica deste segmento da população, os Conselhos buscam atender também o emergencial e cobrir as falhas de outros sistemas como é o caso sobre atender ou não casos de denúncia. Dentre os municípios onde há outras instâncias organizativas DCA, como Conselho Tutelar os conselhos municipais "não atendem casos de denúncia" (45%),

- "não atendem porque há Conselho Tutelar/é papel do Conselho Tutelar"

- "não, porque o Conselho não realiza atendimento direto"

Os Conselhos Municipais que "às vezes atendem casos de denúncia" o fazem porque (23% dos CMDCA's) "não há Conselho Tutelar/órgão competente", "a população procura". Pelas mesmas razões há 21% dos CMDCA's "atendem sempre casos de denúncia", suprir falta do Conselho Tutelar. Alguns poucos, porém existem, que consideram de sua responsabilidade ou "para que a criança seja protegida/averiguar e tomar providências".

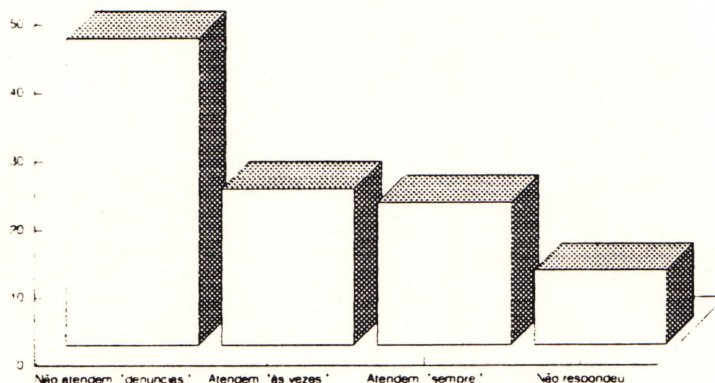


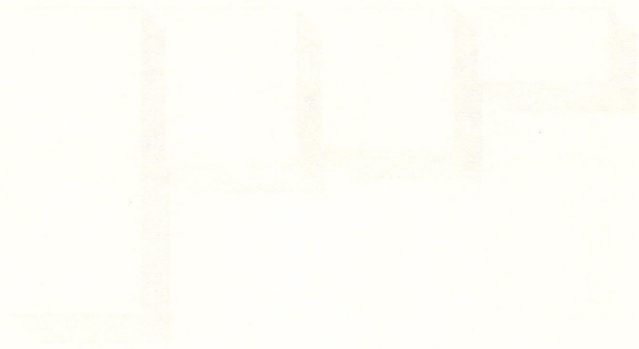
Gráfico 5

Conselho atende casos de denúncia (tab. 28)

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

MEMORANDUM

TO: THE BOARD OF TRUSTEES



The Board of Trustees is pleased to announce the appointment of [Name] as the new [Title]. [Name] has a distinguished record in the field of [Field] and will bring a wealth of experience and expertise to the [Department/Institution].

[Name] will be reporting to the [Title] and will be based at [Location].

The Board of Trustees is confident that [Name] will make significant contributions to the [Department/Institution] and to the [Field]. We look forward to working with [Name] and to the many achievements that will result from this appointment.

This appointment is effective as of [Date].

As denúncias mais frequentes são¹⁵:

• Maus tratos dos pais/espancamento por pais alcoolizados	66%
• Evasão escolar	25%
• Abandono/abandono pela família	20%
• Uso de drogas/tráfico	15%
• Prostituição	9%
• Crianças em situação de rua	6%
• Prática de ato infracional	7%
• Desvio de comportamento	6%
• Não respondeu	5%
• Roubos/furtos	6%
• Mendicância	5%
• Exploração do trabalho infantil	3%
• Abuso sexual	5%
• Problemas em geral com crianças e adolescentes - sem especificar	3%
• Inexistência de vagas nas creches e escolas	2%
• Indisciplina escolar	3%
• Saúde	2%
• Fuga do lar	2%
• Consumo de bebidas alcoólicas	2%
• Adolescentes dirigindo veículos	1%
• Estupro	1%
• Pensão alimentícia	1%
• Morte por quadrilhas	1%
• Não houve denúncias ainda	1%

A atuação geral dos Conselhos Municipais DCA tem sido em duas frentes basicamente:

- Consolidação do Conselho e empenho para implantação das demais instâncias de organização determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente
- Formulação/estudo/programas de ação municipal

¹⁵ Vide Cadastro CONDECA, sobre denúncias mais frequentes por município

Table of Contents

- Introduction 1
- Chapter 1: The History of the World 10
- Chapter 2: The History of the United States 20
- Chapter 3: The History of the American West 30
- Chapter 4: The History of the American South 40
- Chapter 5: The History of the American Midwest 50
- Chapter 6: The History of the American Northeast 60
- Chapter 7: The History of the American Northwest 70
- Chapter 8: The History of the American Southwest 80
- Chapter 9: The History of the American West Coast 90
- Chapter 10: The History of the American East Coast 100
- Chapter 11: The History of the American Midwest West 110
- Chapter 12: The History of the American Midwest East 120
- Chapter 13: The History of the American Northeast West 130
- Chapter 14: The History of the American Northeast East 140
- Chapter 15: The History of the American Northwest West 150
- Chapter 16: The History of the American Northwest East 160
- Chapter 17: The History of the American Southwest West 170
- Chapter 18: The History of the American Southwest East 180
- Chapter 19: The History of the American West Coast West 190
- Chapter 20: The History of the American West Coast East 200
- Chapter 21: The History of the American East Coast West 210
- Chapter 22: The History of the American East Coast East 220
- Chapter 23: The History of the American Midwest West 230
- Chapter 24: The History of the American Midwest East 240
- Chapter 25: The History of the American Northeast West 250
- Chapter 26: The History of the American Northeast East 260
- Chapter 27: The History of the American Northwest West 270
- Chapter 28: The History of the American Northwest East 280
- Chapter 29: The History of the American Southwest West 290
- Chapter 30: The History of the American Southwest East 300
- Chapter 31: The History of the American West Coast West 310
- Chapter 32: The History of the American West Coast East 320
- Chapter 33: The History of the American East Coast West 330
- Chapter 34: The History of the American East Coast East 340
- Chapter 35: The History of the American Midwest West 350
- Chapter 36: The History of the American Midwest East 360
- Chapter 37: The History of the American Northeast West 370
- Chapter 38: The History of the American Northeast East 380
- Chapter 39: The History of the American Northwest West 390
- Chapter 40: The History of the American Northwest East 400
- Chapter 41: The History of the American Southwest West 410
- Chapter 42: The History of the American Southwest East 420
- Chapter 43: The History of the American West Coast West 430
- Chapter 44: The History of the American West Coast East 440
- Chapter 45: The History of the American East Coast West 450
- Chapter 46: The History of the American East Coast East 460
- Chapter 47: The History of the American Midwest West 470
- Chapter 48: The History of the American Midwest East 480
- Chapter 49: The History of the American Northeast West 490
- Chapter 50: The History of the American Northeast East 500
- Chapter 51: The History of the American Northwest West 510
- Chapter 52: The History of the American Northwest East 520
- Chapter 53: The History of the American Southwest West 530
- Chapter 54: The History of the American Southwest East 540
- Chapter 55: The History of the American West Coast West 550
- Chapter 56: The History of the American West Coast East 560
- Chapter 57: The History of the American East Coast West 570
- Chapter 58: The History of the American East Coast East 580
- Chapter 59: The History of the American Midwest West 590
- Chapter 60: The History of the American Midwest East 600
- Chapter 61: The History of the American Northeast West 610
- Chapter 62: The History of the American Northeast East 620
- Chapter 63: The History of the American Northwest West 630
- Chapter 64: The History of the American Northwest East 640
- Chapter 65: The History of the American Southwest West 650
- Chapter 66: The History of the American Southwest East 660
- Chapter 67: The History of the American West Coast West 670
- Chapter 68: The History of the American West Coast East 680
- Chapter 69: The History of the American East Coast West 690
- Chapter 70: The History of the American East Coast East 700
- Chapter 71: The History of the American Midwest West 710
- Chapter 72: The History of the American Midwest East 720
- Chapter 73: The History of the American Northeast West 730
- Chapter 74: The History of the American Northeast East 740
- Chapter 75: The History of the American Northwest West 750
- Chapter 76: The History of the American Northwest East 760
- Chapter 77: The History of the American Southwest West 770
- Chapter 78: The History of the American Southwest East 780
- Chapter 79: The History of the American West Coast West 790
- Chapter 80: The History of the American West Coast East 800
- Chapter 81: The History of the American East Coast West 810
- Chapter 82: The History of the American East Coast East 820
- Chapter 83: The History of the American Midwest West 830
- Chapter 84: The History of the American Midwest East 840
- Chapter 85: The History of the American Northeast West 850
- Chapter 86: The History of the American Northeast East 860
- Chapter 87: The History of the American Northwest West 870
- Chapter 88: The History of the American Northwest East 880
- Chapter 89: The History of the American Southwest West 890
- Chapter 90: The History of the American Southwest East 900
- Chapter 91: The History of the American West Coast West 910
- Chapter 92: The History of the American West Coast East 920
- Chapter 93: The History of the American East Coast West 930
- Chapter 94: The History of the American East Coast East 940
- Chapter 95: The History of the American Midwest West 950
- Chapter 96: The History of the American Midwest East 960
- Chapter 97: The History of the American Northeast West 970
- Chapter 98: The History of the American Northeast East 980
- Chapter 99: The History of the American Northwest West 990
- Chapter 100: The History of the American Northwest East 1000

Atuação mais freqüente do Conselho DCA (tab. 30)

• Não respondeu.....	20%
• Outras formas de atuação.....	16%
• Reestruturação/estruturação e funcionamento do Conselho/reformulação da lei municipal/elaboração de regimento interno.....	13%
• Estudar políticas de atendimento à criança e adolescente/estudos sobre programas de ação municipal.....	12%
• Formulação de políticas de saúde/educação/lazer/articulação de políticas sociais.....	10%
• Empenho para criação/implantação do Conselho Tutelar.....	7%
• Buscar colocar em funcionamento o fundo municipal.....	6%
• Nada/inoperante/não há atuação efetiva.....	5%
• Orientação às entidades/esclarecimentos gerais.....	5%
• Estudo/discussão para entendimento do papel do Conselho.....	5%
• Apreciação de programas/discussão de programas e projetos.....	4%
• Atuação direta com pais/familiares/crianças e adolescentes.....	4%
• Viabilizar junto à comunidade formas de atendimento/ encaminhamento à comunidade.....	4%
• Cadastramento de entidades.....	3%
• Encaminhamentos frustrantes ao juizado de menores/à delegacia de polícia.....	3%
• Campanhas via imprensa/divulgação.....	2%
• Encaminhamento ao poder judiciário.....	2%
• Criação de comissões.....	2%
• Cobranças ao executivo/cobranças de atuação das secretarias.....	2%
• Contatos com organizações do município para obtenção de recursos para o Fundo dos Direitos.....	2%
• Só tem conseguido parcialmente os objetivos/dificuldades.....	2%
• Trabalhando junto a projetos alternativos/junto ao juiz da infância e juventude.....	0,5%

Na auto-avaliação Conselho Municipal DCA de cada município são elencados tanto os "defeitos" (67%) quanto às qualidades (63%) sendo que 15% dos CMDCA's "não responderam/não realizaram avaliação" (tab. 31)

- Defeitos
 - Não participação efetiva de todos os conselheiros/ausência/falta de
quórum nas reuniões/boa vontade de poucos e desinteresse de muitos/
falta de interesse por parte dos conselheiros.....
- 12%

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

- Falta de orientação técnica/jurídica 10%
- Falta de recursos financeiros 8%
- Pouca participação dos conselheiros/ausência de atuação dos conselheiros 6%
- Falta de cumprimento da lei federal pelos órgãos
- Públicos (governos estadual/municipal), fazendo com que o Conselho
- Fique sem retaguarda/esvaziando-se/sem retaguarda para resolver os
- Problemas que surgem 7%
- Disponibilidade de tempo/corpo de conselheiros despreparados para
- ✓ Assumir papel sem perda de tempo 7%
- Conselho não é identificado/reconhecido (por ações voltadas ao bem estar da criança e do adolescente) pela comunidade/pela sociedade civil 4%
- Não elaboração/implementação do plano de ação 4%
- Falta de infra-estrutura 5%
- Cmdca ainda em fase de implantação/ainda está se organizando/é recente .. 5%
- conselheiros/Conselho sem objetividade/não cumpre suas funções/ conselheiros não assumem seu papel 4%
- Não conseguiram implementar o Conselho Tutelar 4%
- Só atende os mais necessitados/sem visão de conjunto/atendem casos 2%
- Problemas de relacionamento interno/entre os conselheiros 2%
- Está só em funções deliberativas 1%
- Funciona ^{em} uma situação expectante de atos das esferas estadual e federal para que possa conciliar trabalho com poder judiciário 0,5%
- Outros defeitos 16%
- Qualidades do CMDCA
 - Tenta atingir objetivos/valorização e aplicação do ECA 27%
 - Interesse geral/desejo de produzir/boa vontade dos conselheiros em geral 26%
 - Trabalha sempre/integrado com outras áreas/integrado com a comunidade/apoio ao Conselho Tutelar 7%
 - Mobilização da população/fortalecimento da política de atendimento
 - ✓ Na defesa de direitos 6%
 - Vontade de acertar 6%
 - Avaliação sistemática/junto com C.T./dos problemas sociais rumo a melhor ação/resolutividade 3%
 - Boa vontade dos conselheiros em encaminhar casos às entidades

Introduction	1
Chapter I: The History of the United States	10
Chapter II: The Constitution and the Federal Government	25
Chapter III: The States and the Federal Government	40
Chapter IV: The Judiciary and the Federal Government	55
Chapter V: The Executive and the Federal Government	70
Chapter VI: The Legislative and the Federal Government	85
Chapter VII: The States and the Federal Government	100
Chapter VIII: The Judiciary and the Federal Government	115
Chapter IX: The Executive and the Federal Government	130
Chapter X: The Legislative and the Federal Government	145
Chapter XI: The States and the Federal Government	160
Chapter XII: The Judiciary and the Federal Government	175
Chapter XIII: The Executive and the Federal Government	190
Chapter XIV: The Legislative and the Federal Government	205
Chapter XV: The States and the Federal Government	220
Chapter XVI: The Judiciary and the Federal Government	235
Chapter XVII: The Executive and the Federal Government	250
Chapter XVIII: The Legislative and the Federal Government	265
Chapter XIX: The States and the Federal Government	280
Chapter XX: The Judiciary and the Federal Government	295
Chapter XXI: The Executive and the Federal Government	310
Chapter XXII: The Legislative and the Federal Government	325
Chapter XXIII: The States and the Federal Government	340
Chapter XXIV: The Judiciary and the Federal Government	355
Chapter XXV: The Executive and the Federal Government	370
Chapter XXVI: The Legislative and the Federal Government	385
Chapter XXVII: The States and the Federal Government	400
Chapter XXVIII: The Judiciary and the Federal Government	415
Chapter XXIX: The Executive and the Federal Government	430
Chapter XXX: The Legislative and the Federal Government	445
Chapter XXXI: The States and the Federal Government	460
Chapter XXXII: The Judiciary and the Federal Government	475
Chapter XXXIII: The Executive and the Federal Government	490
Chapter XXXIV: The Legislative and the Federal Government	505
Chapter XXXV: The States and the Federal Government	520
Chapter XXXVI: The Judiciary and the Federal Government	535
Chapter XXXVII: The Executive and the Federal Government	550
Chapter XXXVIII: The Legislative and the Federal Government	565
Chapter XXXIX: The States and the Federal Government	580
Chapter XL: The Judiciary and the Federal Government	595
Chapter XLI: The Executive and the Federal Government	610
Chapter XLII: The Legislative and the Federal Government	625
Chapter XLIII: The States and the Federal Government	640
Chapter XLIV: The Judiciary and the Federal Government	655
Chapter XLV: The Executive and the Federal Government	670
Chapter XLVI: The Legislative and the Federal Government	685
Chapter XLVII: The States and the Federal Government	700
Chapter XLVIII: The Judiciary and the Federal Government	715
Chapter XLIX: The Executive and the Federal Government	730
Chapter L: The Legislative and the Federal Government	745
Chapter LI: The States and the Federal Government	760
Chapter LII: The Judiciary and the Federal Government	775
Chapter LIII: The Executive and the Federal Government	790
Chapter LIV: The Legislative and the Federal Government	805
Chapter LV: The States and the Federal Government	820
Chapter LVI: The Judiciary and the Federal Government	835
Chapter LVII: The Executive and the Federal Government	850
Chapter LVIII: The Legislative and the Federal Government	865
Chapter LIX: The States and the Federal Government	880
Chapter LX: The Judiciary and the Federal Government	895
Chapter LXI: The Executive and the Federal Government	910
Chapter LXII: The Legislative and the Federal Government	925
Chapter LXIII: The States and the Federal Government	940
Chapter LXIV: The Judiciary and the Federal Government	955
Chapter LXV: The Executive and the Federal Government	970
Chapter LXVI: The Legislative and the Federal Government	985
Chapter LXVII: The States and the Federal Government	1000

cadastradas	2%
• Outras qualidades	10%

Ao que tudo indica, o Conselho Municipal como forma nova de ordenação das relações de poder Estado/sociedade, através de sua atuação: posições assumidas, idoneidade, etc, tem sido bem recebido pela área social e pela opinião pública em geral.

Na avaliação de imagem do Conselho perante a comunidade (tab. 32) (auto-imagem), 85% dos CMDCA's consideram ser "conhecido/reconhecidos" (158 Conselhos).

"Apenas na área social"	(102 Conselhos)
"Pela opinião pública em local"	(45 Conselhos)
"É interlocutor legítimo entre a sociedade civil e o poder público (Prefeitura, Legislativo, Estado)	(45 Conselhos)

Os motivos alegados sobre o reconhecimento público dos Conselhos referem-se a:

- "Por posições assumidas/atuação positiva geral"
- "As ações do CMDCA são divulgadas no município/pela imprensa local"
- "Porque vem atuando com idoneidade/atuação intensa"

Dentre o grupo de Conselhos Municipais que considera que o CMDCA não é conhecido/reconhecido (17%) (31 Conselhos), as razões são:

- "Porque ainda não está estruturado/não está totalmente implantado/criação recente do Conselho/está em fase de divulgação"
- "Ninguém sabe que o Conselho existe"
- "Porque não há uma atuação efetiva na sociedade/por falta de atuação em geral"
- "Município pequeno, não gosta de ver suas mazelas conhecidas por toda a comunidade/município pequeno"
- "Pela falta de objetividade"

Ao mesmo tempo que os CMDCA's consideram-se conhecidos/reconhecidos ou não, apontam em menor escala duas áreas de atrito: com os setores do poder público e com setores das entidades de atendimento privadas.

Assim, temos ainda que 8% dos CMDCA's afirmam do setor público:

- "O CMDCA é conhecido/reconhecido porém indesejado por setores do poder público" - são citados:
 - Prefeitura/executivo (7 CMDCA's)
 - Câmara Municipal/vereadores (5 CMDCA's)
 - Judiciário (3 CMDCA's)

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
RECORDS

1950-1951

1950-1951

1950-1951

1950-1951

1950-1951

1950-1951

1950-1951

1950-1951

1950-1951

1950-1951

- Finanças (2 CMDCA's), e ainda
- pelas "secretarias municipais", "saúde", etc.

Os CMDCA's afirmam de setores da sociedade civil (3% dos CMDCA's).

"o CMDCA é conhecido/reconhecido porém indesejado por setores da sociedade civil" (6 CMDCA's)

- Sem citar a área (3 CMDCA's)
- Por entidades que não aceitam regularizar suas atividades (3 CMDCA's)



5. FUNDO FINANCEIRO DCA

O Fundo Financeiro DCA aparenta não ser ainda bem compreendido, pode-se aventar e entrando no terreno das hipóteses e do que pôde ser observado nos questionários, que o Fundo vem sendo atado/emperrado por procedimentos burocráticos/financeiros de difícil entendimento e de modo operatório intrincado.

Hipótese 2: não excludente à hipótese 1, o Fundo fica atado ao poder executivo ou ao Conselho e não tem autonomia para gerir a verba nos momentos necessários. Em verdade, não era para ser, mas o Fundo tende a tornar-se um dificultador/emperrador das atividades em vez de ser um facilitador.

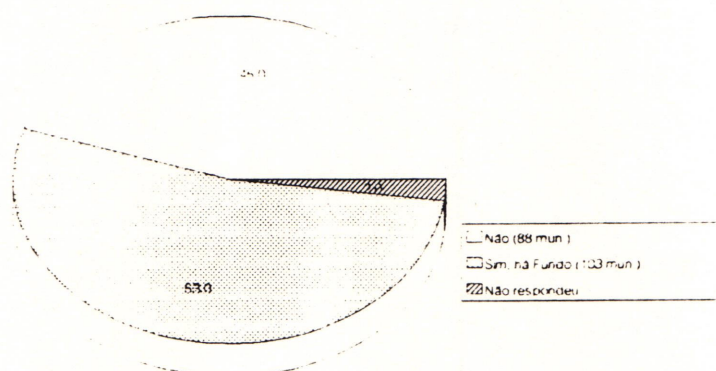


Gráfico 6

Há Fundo Financeiro regulamentado? (Tab. 33)

Em 45 municípios com Fundo DCA e Conselho Municipal (dentre os 103 com Fundo DCA) (tab. 34), ainda não houve entrada de receita pública, nos demais Fundos (60), em 40 municípios entrou verba "do orçamento do município". Outras verbas públicas mencionadas foram: "de multas" (20 municípios); "do Imposto de Renda" (5 municípios), de donativos (4 municípios); "do IPTU" (2 municípios); de "taxas de inscrição dos candidatos ao Conselho Tutelar" (2 municípios).

Quanto à entrada de verba particular nos Fundos DCA (tab. 35), em 79% dos municípios com Fundo não houve entrada ainda de receita/verba privada (83 municípios). Em 15 Fundos, entrou verba de "pessoas físicas" (11 municípios); de "pessoas jurídicas" (7 municípios), de "taxa de inscrição dos candidatos ao Conselho Tutelar" (1 município).

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
5301 SOUTH DICKENS STREET
CHICAGO, ILLINOIS 60637

RECEIVED
JAN 15 1964
FROM: [Name]
TO: [Name]
SUBJECT: [Subject]

RECEIVED

1964

RECEIVED
JAN 15 1964
FROM: [Name]
TO: [Name]
SUBJECT: [Subject]

RECEIVED
JAN 15 1964
FROM: [Name]
TO: [Name]
SUBJECT: [Subject]

Com relação à saída de recursos do Fundo Financeiro DCA, em 68% dos casos ainda não saíram recursos, não houve movimentação financeira (tab. 36).

Dentre os Fundos em que houve saída de recursos (38 Fundos), o dinheiro foi destinado a:

- "sim, saíram recursos para despesas administrativas" (27 Fundos)
- "Sim, para programas de atendimento - sem especificação" (11 Fundos)
- "Sim, para outros fins" (8 Fundos)
- "Sim, subsídios para formação/cursos" (3 Fundos)
- "sim, para o Conselho Tutelar (manutenção/material de escritório)" (3 Fundos)
- "Sim, para a creche do município" (2 Fundos)
- "Sim, para criação da Secretaria Municipal do Menor" (1 Fundo)
- "Sim, para Conselho Tutelar (viagens/alimentação)" (1 Fundo)
- "Sim, para promoção de eventos/ciclo de estudos/seminários" (1 Fundo)

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. This includes not only sales and purchases but also any other financial activities that may occur. It is essential to ensure that all entries are properly documented and supported by appropriate evidence.

In addition, the document emphasizes the need for regular reconciliation of accounts. This process involves comparing the company's internal records with the bank statements to identify any discrepancies. By doing so, potential errors can be detected and corrected promptly, ensuring the integrity of the financial data.

Furthermore, the document highlights the significance of maintaining up-to-date financial statements. These statements provide a clear and concise overview of the company's financial performance over a specific period. They are crucial for internal decision-making and for providing transparency to stakeholders.

Finally, the document stresses the importance of adhering to all applicable tax laws and regulations. Failure to do so can result in penalties and legal consequences. Therefore, it is recommended to consult with a qualified tax professional to ensure full compliance.

In conclusion, the document provides a comprehensive overview of the key financial management practices that are essential for the success of any business. By following these guidelines, companies can ensure the accuracy and reliability of their financial records, thereby supporting their long-term growth and stability.

6. CONSELHO TUTELAR

O Conselho Tutelar é outra das instâncias de organização dos direitos da criança e do adolescente. Fundado nos mesmos princípios de participação que o Conselho Municipal DCA, constitui-se no espaço garantidor de direitos.

O Conselho Tutelar é a instância da sociedade civil mediadora na defesa de direitos entre as crianças e adolescentes (suas famílias/comunidade) em situação de risco e o poder público, Justiça, Promotoria, etc.

Se o Conselho DCA é a instância de participação da sociedade civil na formulação e controle das políticas sociais para a infância e juventude, *o Conselho Tutelar é, por sua vez, o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente*" (art. 131 - ECA).

Ao contrário do Conselho Municipal, o Conselho Tutelar, *atende, encaminha e toma as providências* (medidas de proteção) nas situações de risco pessoal ou social; isto é, atende diretamente as crianças e adolescentes, assim como a população. São também (como no Conselho DCA) *agentes públicos* e o exercício de suas funções constitui serviço público relevante.

Desta forma estas esferas de organização de defesa de direitos se completam e atuam de forma integrada - Conselho DCA, Fundo e Conselho Tutelar

6.1 Situação formal dos Conselhos Tutelares

Considerando-se todos os 389 municípios que responderam à pesquisa, 84% não possuem Conselho Tutelar (327) em funcionamento, os demais 62 municípios possuem Conselho Tutelar funcionando no Estado de São Paulo. Como existem 4 municípios que possuem 2 Conselhos Tutelares e o município de São Paulo possui 20 Conselhos Tutelares, o número total de Conselhos Tutelares (independente do número de municípios) neste estudo é de 85 em funcionamento; muito embora quando levantado o total de Conselhos Tutelares constata-se (neste estudo de 389 municípios) 140 Conselhos Tutelares criados por lei.¹⁶

Avaliando-se os municípios com CMDCA funcionando ou em implementação (196 municípios), há Conselhos Tutelares em 107 municípios (em diversos estágios de implementação) (tab. 37).

¹⁶ Estes dados são fruto da somatória dos dados das tabelas 37 e 64, confrontados com a tabela 68.

...

...

...

Conselhos Tutelares

- Estão criados por lei.....	107 municípios	55%
- Não há Conselho Tutelar e nem articulação inicial para sua criação.....	51 municípios	26%
- Em criação, está sendo discutido no Conselho DCA/Prefeitura, etc.....	30 municípios	15%
- Em criação, está na Câmara Municipal.....	6 municípios	13%
- Não informou sobre Conselho Tutelar.....	2 municípios	1%

Quanto à situação de implementação dos Conselhos Tutelares já criados em lei (dentre os municípios com CMDCA ou outras instâncias de organização), temos o seguinte quadro dos 107 municípios (tab. 38): 1

• Em funcionamento.....	62 municípios	58%
• Foi criado mas não implementado.....	23 municípios	21%
• Em implementação.....	18 municípios	17%
• Foi criado mas não funciona (sem especificar as razões).....	2 municípios	2%
• Ainda não foi regulamentado/reformulação da lei está em discussão.....	1 município	1%
• Não informou.....	1 município	1%

A maioria dos municípios possui somente um Conselho Tutelar, criado por Lei, que abrange todo território municipal; poucos municípios possuem 2 Conselhos Tutelares e a cidade de São Paulo possui 20 Conselhos Tutelares (tab 39)

• 1 C T por município.....	83 municípios	78%
• 2 C T por município.....	4 municípios	4%
• 20 C T por município.....	1 município	1%
• Não informou.....	19 municípios	18%

Um indicador para a compreensão, tanto das lutas e das potencialidades, como dos entraves, condições desfavoráveis e limites interpostos no processo de organização das instâncias legais e legítimas de defesa dos direitos da criança e do adolescente pela sociedade civil, pode ser delineado através da comparação do tempo médio decorrido entre o ano da lei de criação dos Conselhos Tutelares e a situação de implementação dos Conselhos Tutelares através da eleição dos Conselheiros e a data da posse efetiva dos Conselheiros eleitos

Содержание

Введение 1
1. Общие сведения о предприятии 2
2. Анализ деятельности предприятия 3
3. Оценка эффективности деятельности 4
4. Заключение 5

1.1. Общие сведения о предприятии	2
1.2. Анализ деятельности предприятия	3
1.3. Оценка эффективности деятельности	4
1.4. Заключение	5

2. Анализ деятельности предприятия 3
2.1. Анализ продаж 4
2.2. Анализ затрат 5
2.3. Анализ прибыли 6

2.1. Анализ продаж	4
2.2. Анализ затрат	5
2.3. Анализ прибыли	6
3. Оценка эффективности деятельности	4
3.1. Оценка эффективности продаж	4
3.2. Оценка эффективности затрат	5
3.3. Оценка эффективности прибыли	6
4. Заключение	5

3. Оценка эффективности деятельности 4
3.1. Оценка эффективности продаж 4
3.2. Оценка эффективности затрат 5
3.3. Оценка эффективности прибыли 6

3.1. Оценка эффективности продаж	4
3.2. Оценка эффективности затрат	5
3.3. Оценка эффективности прибыли	6
4. Заключение	5

Dos 107 municípios com Conselho Tutelar¹⁷, constata-se que quase 2/3 dos Conselhos Tutelares foi criado (lei/decreto) formalmente nos anos de 1992/1993 (68 municípios), porém se comparada com sua implementação, através da eleição dos Conselheiros, observa-se um processo mais lento, tanto que em setembro/outubro de 1994 ainda não haviam sido eleitos os Conselheiros em 34% dos Conselhos Tutelares já criados (36 municípios) e a data da posse dos 71 conselheiros dos municípios que tiveram eleições apontando para as dificuldades enfrentadas para implantação e implementação desta instância, pela sociedade civil, no Estado de São Paulo (tab. 37 e 40).

Comparação: ano de criação do Conselho Tutelar x Ano de eleição dos Conselheiros Tutelares x Ano da posse

Ano	Ano de Criação do Conselho Tutelar (tab. 37)		Ano de eleição dos Conselheiros Tutelares (tab. 40)		Ano da Posse (tab. 43)
	nº de municípios	%	nº de municípios	%	nº de municípios
1990	3	2.8	-	-	1
1991	15	14.0	-	-	-
1992	40	37.4	12	11.2	11
1993	28	26.2	32	29.9	26
1994	15	14.0	23	21.5	26
sem data da lei	3	2.8	-	-	-
sem data da eleição/posse	-	-	4	3.7	2
não houve eleição/posse	-	-	36	33.6	5
Total	107	100	107	100	71

A forma de seleção dos Conselheiros Tutelares é predominantemente o "voto direto - eleição" (2/3 dos casos) os demais foram eleitos por colegiados ligados à área da criança e do adolescente (tab. 41).

- Forma de eleição dos Conselheiros

- Voto Direto - 48 municípios 68%
- Voto Direto por colégio eleitoral (CMDCA/entidades, ONGs e OGs, ligados à área da criança e do adolescente 8 municípios 11%
- Indicação do Conselho Municipal DCA 6 municípios 9%

¹⁷ Dentre os municípios que possuem Conselho Municipal DCA implementado ou em implementação e/ou Fundo Financeiro e/ou também Fórum Municipal DCA.

The following table shows the results of the survey conducted in 1950-1951.

Category	Percentage
Category A	25%
Category B	35%
Category C	40%

The results of the survey are as follows:

Year	Value 1	Value 2	Value 3
1950	10	20	30
1951	15	25	35
1952	20	30	40
1953	25	35	45
1954	30	40	50
1955	35	45	55
1956	40	50	60
1957	45	55	65
1958	50	60	70
1959	55	65	75
1960	60	70	80

The following table shows the results of the survey conducted in 1950-1951.

Year	Value 1	Value 2	Value 3
1950	10	20	30
1951	15	25	35
1952	20	30	40
1953	25	35	45
1954	30	40	50
1955	35	45	55
1956	40	50	60
1957	45	55	65
1958	50	60	70
1959	55	65	75
1960	60	70	80

- Indicação de entidades 5 municípios 7%
- Indicação conjunta CMDCA e entidades 4 municípios 6%

O número de Conselheiros Tutelares eleitos por Conselho é (tab. 42):

- 5 Conselheiros Tutelares 29 municípios 41%
- 10 Conselheiros Tutelares 21 municípios 30%
- 8 Conselheiros Tutelares 3 municípios 4%

e algumas variações, inclusive mais de 20 em 2 casos, dado que observou-se a existência de Conselheiro Tutelar suplente.

A remuneração dos Conselheiros Tutelares, outra polêmica da área: há desde a interpretação de "trabalho gratuito" até aos que tem remuneração que varia de "até R\$ 70,00" a "mais de R\$ 700" (posição de agosto/setembro de 1994) (tab. 44)

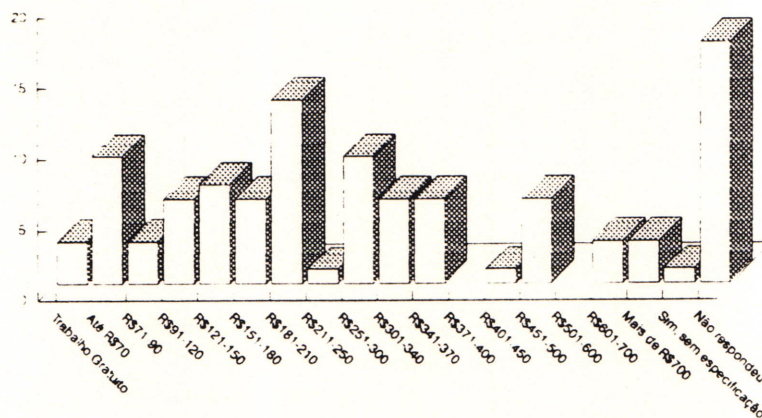


Gráfico 7

Distribuição da faixa de remuneração (em agosto/setembro de 94) dos Conselheiros Tutelares

A pontualidade e regularidade do pagamento entre os 55 municípios com Conselho Tutelar e que remuneram seus Conselheiros Tutelares é da ordem de 96% (53 municípios), um município informou que "Conselheiros não recebem regularmente" e 1 município "recebem mas sempre com atraso" (tab. 45).

Dois terços dos Conselheiros não pertencem ou não estão ligados a entidades (ONGs) e 33% dos Conselheiros (1/3) são originários de entidades, sendo mencionadas: "ONGs de atendimento" (12%); "organizações/movimentos populares" (9%); "da educação" (9%); "pastoral da criança" (9%); "Igrejas/instituições religiosas" (7%); "Fórum DCA" (3%); "Guarda-Mirim" (3%); "da promoção social" (3%); "lojas maçônicas" (1%); "outras entidades/diversos" (3%); não respondeu (7%) (tab. 46).

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the success of any business and for the protection of the interests of all parties involved. The document then goes on to describe the various methods and techniques used to collect and analyze data, highlighting the need for consistency and reliability in the information gathered.

The second part of the document focuses on the practical aspects of data collection and analysis. It provides a detailed overview of the different types of data that can be collected, such as sales figures, customer feedback, and market trends. It also discusses the various tools and software used to process and analyze this data, and offers advice on how to interpret the results and use them to make informed business decisions.

Appendix

This section contains supplementary information related to the main text of the document.

Table 1

The table is very faint and difficult to read. It appears to have several columns and rows of data, but the specific values and labels are not discernible. It likely represents a summary of key data points or a comparison of different metrics.

The following table provides a summary of the key findings from the data analysis. It shows that there is a strong correlation between the variables studied, and that the results are consistent across different time periods and locations. The data suggests that the current strategy is effective, but there are still areas for improvement that should be addressed in future research.

Variable	Value	Unit
Annual Revenue	1,200,000	USD
Customer Satisfaction	85%	Percentage
Market Share	15%	Percentage
Employee Productivity	120 units/hour	Units per hour

Embora a retaguarda (pública/privada) de atendimento para execução do trabalho dos Conselheiros Tutelares sejam explicitada no ECA (art. 136 - III e IV) nas atribuições do Conselho Tutelar, os Conselhos/Conselheiros do Estado de São Paulo contam com pouca retaguarda de atendimento para sua atuação, sendo que 11% dos municípios não conta com retaguarda alguma (tab. 49).

• Judiciário/Fórum	37%
• Polícia civil/militar/delegacia	37%
• Programas municipais/creches/educação/saúde	34%
• Assistência social do município	14%
• Cngs de atendimento/instituições	14%
• Não conta/não tem retaguarda	11%
• Atendimento hospitalar/saúde/psicólogo	10%
• Guarda municipal	10%
• Conselho Tutelar em fase de organização/é recente	4%
• Guarda-mirim	3%
• Entidades que atendem em regime de abrigo	3%
• Pastorais	1%
• Casa do menor	1%
• Albergue noturno	1%
• Não respondeu	23%
• Outros atendimentos	18%

6.2 Funcionamento do Conselho Tutelar

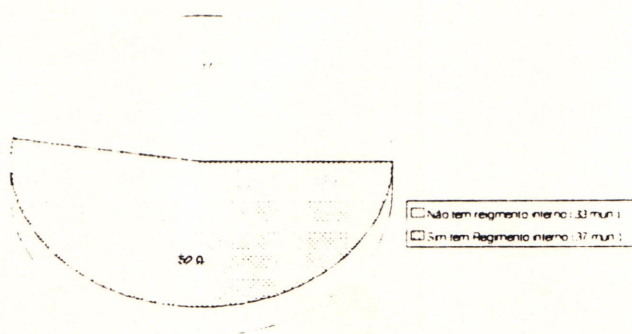


Gráfico 8

Conselho Tutelar tem regimento interno aprovado? (Tab. 48)

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

1950

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

1. Introduction	1
2. The University of Chicago	2
3. The University of Chicago	3
4. The University of Chicago	4
5. The University of Chicago	5
6. The University of Chicago	6
7. The University of Chicago	7
8. The University of Chicago	8
9. The University of Chicago	9
10. The University of Chicago	10
11. The University of Chicago	11
12. The University of Chicago	12
13. The University of Chicago	13
14. The University of Chicago	14
15. The University of Chicago	15
16. The University of Chicago	16
17. The University of Chicago	17
18. The University of Chicago	18
19. The University of Chicago	19
20. The University of Chicago	20
21. The University of Chicago	21
22. The University of Chicago	22
23. The University of Chicago	23
24. The University of Chicago	24
25. The University of Chicago	25
26. The University of Chicago	26
27. The University of Chicago	27
28. The University of Chicago	28
29. The University of Chicago	29
30. The University of Chicago	30
31. The University of Chicago	31
32. The University of Chicago	32
33. The University of Chicago	33
34. The University of Chicago	34
35. The University of Chicago	35
36. The University of Chicago	36
37. The University of Chicago	37
38. The University of Chicago	38
39. The University of Chicago	39
40. The University of Chicago	40
41. The University of Chicago	41
42. The University of Chicago	42
43. The University of Chicago	43
44. The University of Chicago	44
45. The University of Chicago	45
46. The University of Chicago	46
47. The University of Chicago	47
48. The University of Chicago	48
49. The University of Chicago	49
50. The University of Chicago	50

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

A fim de que concretamente se efetive o trabalho do Conselho/Conselheiros Tutelares é fundamental um espaço físico de trabalho com condições adequadas para atendimento ao público e que este seja ponto de referência para a população. Daí a importância da sede/local adequado para o Conselho Tutelar (aliás o que é da lei - ECA, art. 134).

Observada a situação e condição das sedes dos Conselhos Tutelares existentes para o Estado de São Paulo (Conselhos Tutelares informados), temos que (tab. 49)

- 86% dos Conselhos Tutelares tem sede¹⁸ (61 municípios)
- 11% dos Conselhos Tutelares não possuem sede (8 municípios)
- 3% dos Conselhos Tutelares não informaram (2 municípios)

Na avaliação das condições de trabalho através da infra-estrutura da(s) sede(s) postas à disposição dos Conselhos Tutelares observa-se que as condições físicas e infra-estrutura de apoio (recursos materiais) atende bem a metade dos Conselhos Tutelares, os recursos humanos (pessoal de apoio) atende bem a um pouco mais de 1/3 dos Conselhos; nos demais é regular, insuficiente ou precário.

Avaliação das Condições de trabalho da(s) sede(s) (tab. 50 a 52)

Avaliação sede (s)	condições físicas (tab 50)		infra-estrutura de apoio/ recursos materiais		recursos Humanos (tab. 52)	
	nº mun.	%	nº mun.	%	nº mun.	%
Boas/bons/ suficientes	31	50	29	46.8	24	38.7
regulares/ insuficientes	25	40.3	21	33.9	16	25.8
ruins/precárias/ não tem pessoal de apoio	5	8.1	8	12.9	22	35.5
outras condições	1	1.6	4	6.4	--	--
Total	62	100	62	100	62	100

¹⁸ Vide Cadastro CONDECA - endereços e telefones.

Table 1. Descriptive Statistics

Variable	Mean	SD	Min	Q1	Q3	Max
Age	45.2	12.5	25	35	55	75
Income	35000	15000	15000	25000	45000	75000
Education	12.5	1.5	9	11	13	16
Married	0.65	0.48	0	0	1	1
Female	0.55	0.50	0	0	1	1
Health	1.5	0.8	1	1	2	3
Smoker	0.25	0.43	0	0	1	1
Drinker	0.15	0.36	0	0	1	1
Exercise	0.35	0.48	0	0	1	1
Stress	2.5	1.2	1	2	3	4
Depression	1.5	0.8	1	1	2	3
Loneliness	2.0	1.0	1	2	3	4
Life Satisfaction	3.5	1.0	1	3	4	5

Table 1. Descriptive Statistics

The first column of the table shows the variable name, and the following columns show the mean, standard deviation, minimum, first quartile, third quartile, and maximum values for each variable. The variables are: Age, Income, Education, Married, Female, Health, Smoker, Drinker, Exercise, Stress, Depression, Loneliness, and Life Satisfaction.

The second column of the table shows the mean values for each variable. The third column shows the standard deviation values. The fourth, fifth, sixth, and seventh columns show the minimum, first quartile, third quartile, and maximum values, respectively.

The variables are: Age (mean = 45.2, SD = 12.5, Min = 25, Q1 = 35, Q3 = 55, Max = 75), Income (mean = 35000, SD = 15000, Min = 15000, Q1 = 25000, Q3 = 45000, Max = 75000), Education (mean = 12.5, SD = 1.5, Min = 9, Q1 = 11, Q3 = 13, Max = 16), Married (mean = 0.65, SD = 0.48, Min = 0, Q1 = 0, Q3 = 1, Max = 1), Female (mean = 0.55, SD = 0.50, Min = 0, Q1 = 0, Q3 = 1, Max = 1), Health (mean = 1.5, SD = 0.8, Min = 1, Q1 = 1, Q3 = 2, Max = 3), Smoker (mean = 0.25, SD = 0.43, Min = 0, Q1 = 0, Q3 = 1, Max = 1), Drinker (mean = 0.15, SD = 0.36, Min = 0, Q1 = 0, Q3 = 1, Max = 1), Exercise (mean = 0.35, SD = 0.48, Min = 0, Q1 = 0, Q3 = 1, Max = 1), Stress (mean = 2.5, SD = 1.2, Min = 1, Q1 = 2, Q3 = 3, Max = 4), Depression (mean = 1.5, SD = 0.8, Min = 1, Q1 = 1, Q3 = 2, Max = 3), Loneliness (mean = 2.0, SD = 1.0, Min = 1, Q1 = 2, Q3 = 3, Max = 4), and Life Satisfaction (mean = 3.5, SD = 1.0, Min = 1, Q1 = 3, Q3 = 4, Max = 5).

7. FÓRUM MUNICIPAL DCA

O Fórum pode ser visto como instância primeira de luta e organização da sociedade civil e instrumento de pressão junto ao poder público, de orientação às instâncias organizativas do ECA (Conselho Municipal e Conselho Tutelar) e espaço para discussão democrática aglutinador da discussão política e técnica, apresenta neste estudo sua expressão mais fraca (em termos numéricos) das instâncias populares.

Dentre os 196 municípios deste estudo com alguma instância de organização sobre a situação/condição da criança e o adolescente no Estado de São Paulo, temos o seguinte quadro (tab. 53):

• Não tem Fórum DCA no município	134 municípios	68%
• Tem Fórum DCA	38 municípios	19%
• Não sabe se tem Fórum DCA no município	7 municípios	4%
• Não respondeu	17 municípios	9%

As razões de não existência de Fórum DCA (134 municípios informados) inclusive com equívocos sobre esta instância de organização, são:

• Não, por falta de articulação/articulação sem continuidade	16%
• Não, já houve Fórum informal e desativou	5%
• Não, por falta de conhecimento	5%
• Não, por falta de interesse da população	5%
• O Fórum dissolveu-se após a criação do CMDCA	5%
• Não, por falta de estrutura	2%
• Não, porque não houve discussão/necessidade de Fórum DCA	2%
• Município pequeno/de pequeno porte	2%
• Não, porque o CMDCA encontra-se em fase de reestruturação	2%
• Não, há dificuldade de sensibilização/falta de estímulo para a formação ...	2%
• Não, por falta de dinheiro/verba/não adianta levantar problemas sem ter a solução/sem dinheiro é demagogia	1%
• Não, porque ainda nem o CMDCA foi implementado	0,5%
• Outras razões	7%

Dentre os 19% de municípios que informaram existência de Fórum DCA (38 municípios), a atuação tem sido (tab. 54):

• Atuam em parceria com o Conselho	24%
• Está paralisado/sem atuação/atuação precária/fraca	18%
• Está atuando para divulgação do ECA na comunidade	16%
• Está atuando para a organização/consolidação do CMDCA	11%

1. Introduction	1
2. The Problem	2
3. The Method	3
4. Results	4

2. THE PROBLEM

The first part of the report deals with the general situation of the country and the position of the various groups. It is found that the country is in a state of economic depression and that the various groups are suffering from the same. The second part of the report deals with the specific details of the situation and the position of the various groups. It is found that the country is in a state of economic depression and that the various groups are suffering from the same. The third part of the report deals with the specific details of the situation and the position of the various groups. It is found that the country is in a state of economic depression and that the various groups are suffering from the same.

3. THE METHOD

The method used in this report is the method of the scientific method. It is found that the country is in a state of economic depression and that the various groups are suffering from the same. The method used in this report is the method of the scientific method. It is found that the country is in a state of economic depression and that the various groups are suffering from the same.

4. RESULTS

The results of the study are as follows: The country is in a state of economic depression and the various groups are suffering from the same. The results of the study are as follows: The country is in a state of economic depression and the various groups are suffering from the same. The results of the study are as follows: The country is in a state of economic depression and the various groups are suffering from the same.

- O Fórum está discutindo a lei do Conselho 11%
- Está sendo criado agora em seminário/ciclo de eventos/reuniões 8%
- Há comissões/funções que deveriam estar sendo desenvolvidas 3%
- Outras atuações 18%
- Não respondeu 3%

Dentre as entidades da sociedade civil mais atuantes nos Fóruns Municipais DCA, temos, sendo que 20% não respondeu (tab 55).

Citados por maior número de municípios com Fórum DCA:

- entidades de atendimento (ONGs/creches/internatos)
- Pastorais/igrejas/instituições religiosas
- Entidades de defesa dos direitos (diretas/APAE/APM/etc.)
- Organizações/movimentos populares (associação de moradores, etc.)

Com menor frequência são citados: "poder público (delegado, vereador, etc); "membros da comunidade"; "OAB"; "não existem entidades atuantes"; "entidades de saúde"; "empresários (pecuaristas, comerciantes, industriais, etc).

A avaliação que possuem os participantes deste estudo nos municípios com Fórum DCA sobre pontos fortes e qualidades do Fórum DCA emerge a idéia de luta apesar das dificuldades (tab 56)

- Discussão da problemática sobre a infância e adolescência no Município/interesse 46%
- Coragem perante as dificuldades/perseverança 16%
- Facilidade em articular a política social 14%
- Interesse/participação dos membros 11%
- Representação de vários segmentos da sociedade 11%
- Luta/discussão para implantação do CMDCA 8%
- Outras qualidades/pontos fortes 8%
- Facilidade em articular eventos junto à população (com jovens/escolas) ... 5%
- Não há pontos fortes/não está atuando 5%
- Discussão sobre alteração da lei 3%
- Não respondeu 16%

1. Introduction	10
2. Methodology	11
3. Results	12
4. Discussion	13
5. Conclusion	14
6. References	15
7. Appendix	16
8. Glossary	17
9. Index	18
10. Acknowledgements	19

The following table provides a summary of the data collected during the study. It includes information on the number of participants, the duration of the study, and the various conditions tested.

The data was analyzed using statistical methods to determine the significance of the results. The findings indicate that there is a significant difference between the control group and the experimental group.

These results suggest that the intervention used in the study has a positive effect on the outcome variable. Further research is needed to confirm these findings and explore the underlying mechanisms.

The study was limited by several factors, including the sample size and the duration of the study. Despite these limitations, the results provide valuable insights into the effectiveness of the intervention.

In conclusion, the study demonstrates that the intervention is effective in improving the outcome variable. This finding has important implications for the field and warrants further investigation.

The authors would like to thank the participants and the research assistants who made this study possible. We also acknowledge the funding agency for their support.

Dentre os pontos fracos/dificuldades que o(s) Fórum(ns) vêm enfrentando no município, a tônica está centrada na desmobilização; sendo que 6% afirma não haver dificuldades (tab. 57).

- Desinteresse geral/desânimo/falta de participação da comunidade..... 19%
- Pouca participação das entidades 19%
- Inconstância das entidades em freqüentar as reuniões/diminuição do número de entidades participantes 17%
- Desmobilização/não se reúne periodicamente..... 8%
- Desconhecimento do ECA 3%
- Falta de objetividade/falta de consciência sobre sua função/não cumpre sua função..... 3%
- Falta de liderança 3%
- Resistência do legislativo em aprovar a lei 3%
- Outras dificuldades 25%
- Não respondeu 28%

Fórum Regional DCA - se existe é somente conhecido por 37% dos municípios com alguma instância de organização (tab. 58)

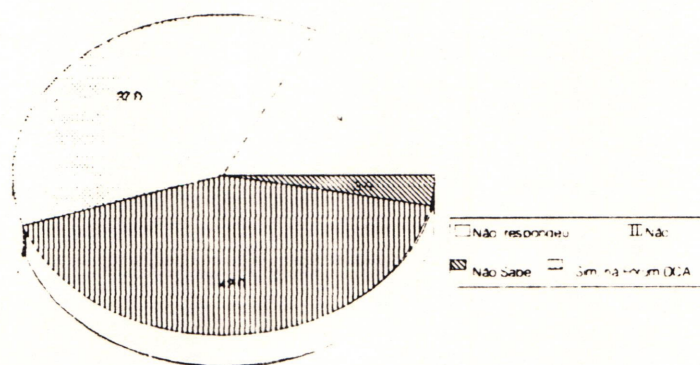


Gráfico 9

Há Fórum Regional DCA na sua região?

THE HISTORY OF THE

1800



THE HISTORY OF THE

- 1. THE HISTORY OF THE
- 2. THE HISTORY OF THE
- 3. THE HISTORY OF THE
- 4. THE HISTORY OF THE
- 5. THE HISTORY OF THE
- 6. THE HISTORY OF THE
- 7. THE HISTORY OF THE
- 8. THE HISTORY OF THE
- 9. THE HISTORY OF THE
- 10. THE HISTORY OF THE
- 11. THE HISTORY OF THE
- 12. THE HISTORY OF THE
- 13. THE HISTORY OF THE
- 14. THE HISTORY OF THE
- 15. THE HISTORY OF THE
- 16. THE HISTORY OF THE
- 17. THE HISTORY OF THE
- 18. THE HISTORY OF THE
- 19. THE HISTORY OF THE
- 20. THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

8. QUESTÕES GERAIS DOS MUNICÍPIOS

8.1. Integração entre as instâncias DCA nos municípios

A existência, organização e combatividade das instâncias organizativas determinadas pelo ECA (Conselho DCA, Fundo, Conselho Tutelar) são importantes rumo à defesa dos direitos da criança e do adolescente, porém, é fundamental que haja integração do conjunto destas esferas de atuação entre si, e com os Fóruns DCA em cada município, região, estado e país.

Objetivando conhecer o inter-relacionamento e trabalho conjunto das instâncias de organização sobre a criança e o adolescente no município, observou-se que há entrosamento e integração em 39% dos municípios (tab. 59)

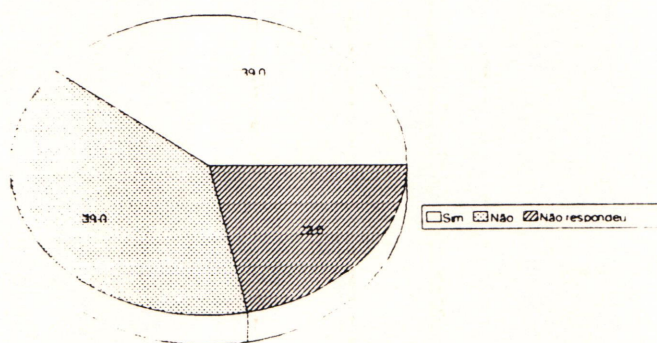


Gráfico 10

Há inter-relacionamento e trabalho conjunto das instâncias de organização DCA no município?

As razões alegadas ou as formas de trabalho conjunto foram assim explicitadas:

- Através de integração entre Conselho Municipal, Conselho Tutelar, instituições afins/troca de informações/articulação conjunta/consultas mútuas..... 13%
- Através das entidades e poderes legislativo/executivo e judiciário/ integração Ogs e Ongs 9%

...the ... of ...

...the ... of ...



...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

- Pessoas de diferentes áreas sociais se preocupam em organizar e oferecer às crianças e adolescentes inserção em programas diversificados 6%
- Através da correspondência informativa/troca de informações/orientação 4%
- Sem especificação 3%
- Não é ideal, mas existe uma certa integração/não é sistemática 2%
- através de programas integrados Secretaria Municipal/Prefeitura/ Conselho 1,5%

Dentre os 39% dos municípios que afirmaram não haver inter-relacionamento e trabalho conjunto (lembrando que 22% dos municípios não responderam) temos:

- Não há integração - cada instância e/ou cada um desempenha
- Seu trabalho isoladamente/falta de entrosamento 9%
- Porque por enquanto só existe o CMDCA 5%
- Porque o Conselho (CMDCA) ainda não está implementado/é muito recente/não está totalmente implementado 4%
- Não há no município uma secretaria para integração/coordenação 3%
- Por falta de iniciativa 3%
- Não há diálogo 3%
- Por falta de estrutura 1%
- Sem especificação das razões 10%
- Outras respostas negativas

8.2 Política de Atendimento Municipal para Crianças e Adolescentes - Avaliação

Na avaliação dos municípios com instância(s) organizativa(s) DCA sobre os pontos fortes da política de atendimento dos municípios temos o seguinte quadro para o Estado de São Paulo, considerando que 20% não responderam e 6% consideram que não há pontos fortes (tab. 60)

- Pontos fortes no município
 - Creches para atendimento/pré-escola/educação 32%
 - esforço contínuo de atuação na linha preventiva nas
 - Áreas de saúde/educação/promoção social 27%
 - atuação das entidades (atendimento) há número razoável de entidades atuando na área 12%
 - O município priorizou atendimento à criança/é interesse do município/do executivo municipal/fortalecimento de programas 10%

1. Introduction	10
2. Methodology	15
3. Results	20
4. Discussion	25
5. Conclusion	30

The following table provides a detailed overview of the data collected during the study. It includes information on the number of participants, the duration of the study, and the specific variables measured. The data is presented in a clear and concise manner, allowing for easy interpretation of the results.

Table 1: Summary of Study Data

1. Demographics	10
2. Study Design	15
3. Data Collection	20
4. Statistical Analysis	25
5. Results	30
6. Discussion	35
7. Conclusion	40

This section discusses the implications of the study's findings. It highlights the key results and their potential impact on the field of research. The authors also address any limitations of the study and suggest areas for future research.

1. Introduction	10
2. Methodology	15
3. Results	20
4. Discussion	25
5. Conclusion	30

- Criação de projetos/cursos semi-profissionalizantes/ensino profissionalizante9%
- Projetos preventivos através de esporte cultura e lazer7%
- Não há/não existem pontos fortes na política de atendimento do município/não há política de atendimento6%
- Atendimento à crianças carentes4%
- Projeto(s) de apoio à criança em situação de rua4%
- Projetos culturais/oficinas culturais (arte, música, dança, pintura, teatro, cerâmica, bordado)/programas ocupacionais2%
- Trabalho preventivo: aconselhamento de pais/fiscalização contra Maus-tratos3%
- Casa para recebimento de crianças desamparadas3%
- Atendimento a adolescentes com processo de ato infracional2%
- Atendimento/escolas especializadas para excepcionais/deficientes físicos ...2%
- Há participação da comunidade2%
- Abrigo provisório e emergencial1,5%
- Fundo social de solidariedade1%
- Orientação específica junto a escolas: reforço escolar/drogas1%
- Há interesse político0,5%
- Outros pontos fortes17%
- Não respondeu20%

Na avaliação sobre os pontos frágeis da política de atendimento à criança e ao adolescente no município, observando que nenhum município com instâncias organizativas consideram que "não há pontos frágeis" e 23% não respondeu (tab. 61):

- Pontos frágeis
 - Falta uma política geral de atendimento para crianças e adolescentes18%
 - Falta de verba estadual e federal/falta de recursos em geral/morosidade por falta de recursos16%
 - Falta de projeto específico para atendimento ao adolescente9%
 - Falta de atendimento ao infrator/adolescente considerado autor de ato infracional8%
 - Falta/ausência de profissionais especializados/dificuldade em remunerá-los ..8%
 - Atendimento para crianças e/ou adolescentes vitimados/ em situação de risco/em situação de rua7%
 - Falta casa-abrigo/falta de casais hospedeiros6%
 - Falta de atividades profissionalizantes/programas de profissionalização6%
 - Falta de programas de apoio familiar/falta de Trabalho de base com as famílias5%

Introduction	1
Chapter I. The Problem	15
Chapter II. The Method	35
Chapter III. The Results	55
Chapter IV. The Discussion	75
Chapter V. The Conclusion	95
Appendix A	115
Appendix B	135
Appendix C	155
Appendix D	175
Appendix E	195
Appendix F	215
Appendix G	235
Appendix H	255
Appendix I	275
Appendix J	295
Appendix K	315
Appendix L	335
Appendix M	355
Appendix N	375
Appendix O	395
Appendix P	415
Appendix Q	435
Appendix R	455
Appendix S	475
Appendix T	495
Appendix U	515
Appendix V	535
Appendix W	555
Appendix X	575
Appendix Y	595
Appendix Z	615

CONTENTS

Chapter I. The Problem	15
Chapter II. The Method	35
Chapter III. The Results	55
Chapter IV. The Discussion	75
Chapter V. The Conclusion	95
Appendix A	115
Appendix B	135
Appendix C	155
Appendix D	175
Appendix E	195
Appendix F	215
Appendix G	235
Appendix H	255
Appendix I	275
Appendix J	295
Appendix K	315
Appendix L	335
Appendix M	355
Appendix N	375
Appendix O	395
Appendix P	415
Appendix Q	435
Appendix R	455
Appendix S	475
Appendix T	495
Appendix U	515
Appendix V	535
Appendix W	555
Appendix X	575
Appendix Y	595
Appendix Z	615

- Falta de uma política/programas de lazer e recreação/de atendimento sócio-cultural/esportes.....5%
- Desconhecimento do ECA - tanto por parte dos órgãos públicos como da própria sociedade civil.....5%
- Falta de creches e/ou berçários.....5%
- Programas preventivos contra o uso de drogas4%
- Os atendimentos são feitos de forma muito pulverizada (diferentes locais)3%
- Alto custo dos programas/dificuldades de infra-estrutura3%
- Programas voltados às crianças e adolescentes portadores de deficiências físicas/mentais3%
- Convênios com verbas irrisórias/não são1,5%
- Convênios de parceria/verbas não reajustáveis1,5%
- Ausência de programas ocupacionais/artísticos/culturais1,5%
- Falta de trabalho a nível de semi-liberdade1,5%
- Desconfiança de órgãos públicos no estabelecimento
- De convênios de parceria1%
- Há interesse político1%
- Não há padrão de qualidade de atendimento1%
- Morosidade do poder judiciário/alta rotatividade de
- Promotores e juizes no município0,5%
- Outros pontos frágeis20%
- Não respondeu23%

• Introduction	1
• Les données de base	10
• L'impact de la crise économique	15
• Les perspectives de développement	20
• Les défis de la planification	25
• Les conditions de travail	30
• Les conditions de vie	35
• Les conditions de santé	40
• Les conditions de culture	45
• Les conditions de sport	50
• Les conditions de loisirs	55
• Les conditions de logement	60
• Les conditions de transport	65
• Les conditions de communication	70
• Les conditions de sécurité	75
• Les conditions de justice	80
• Les conditions de participation	85
• Les conditions de transparence	90
• Les conditions de responsabilité	95
• Les conditions de confiance	100
• Les conditions de coopération	105
• Les conditions de solidarité	110
• Les conditions de paix	115
• Les conditions de justice sociale	120
• Les conditions de justice économique	125
• Les conditions de justice politique	130
• Les conditions de justice culturelle	135
• Les conditions de justice spirituelle	140
• Les conditions de justice environnementale	145
• Les conditions de justice intergénérationnelle	150
• Les conditions de justice internationale	155
• Les conditions de justice universelle	160
• Les conditions de justice globale	165
• Les conditions de justice humaine	170
• Les conditions de justice divine	175
• Les conditions de justice éternelle	180
• Les conditions de justice absolue	185
• Les conditions de justice parfaite	190
• Les conditions de justice idéale	195
• Les conditions de justice ultime	200
• Les conditions de justice finale	205
• Les conditions de justice éternelle	210
• Les conditions de justice absolue	215
• Les conditions de justice parfaite	220
• Les conditions de justice idéale	225
• Les conditions de justice ultime	230
• Les conditions de justice finale	235
• Les conditions de justice éternelle	240
• Les conditions de justice absolue	245
• Les conditions de justice parfaite	250
• Les conditions de justice idéale	255
• Les conditions de justice ultime	260
• Les conditions de justice finale	265
• Les conditions de justice éternelle	270
• Les conditions de justice absolue	275
• Les conditions de justice parfaite	280
• Les conditions de justice idéale	285
• Les conditions de justice ultime	290
• Les conditions de justice finale	295
• Les conditions de justice éternelle	300
• Les conditions de justice absolue	305
• Les conditions de justice parfaite	310
• Les conditions de justice idéale	315
• Les conditions de justice ultime	320
• Les conditions de justice finale	325
• Les conditions de justice éternelle	330
• Les conditions de justice absolue	335
• Les conditions de justice parfaite	340
• Les conditions de justice idéale	345
• Les conditions de justice ultime	350
• Les conditions de justice finale	355
• Les conditions de justice éternelle	360
• Les conditions de justice absolue	365
• Les conditions de justice parfaite	370
• Les conditions de justice idéale	375
• Les conditions de justice ultime	380
• Les conditions de justice finale	385
• Les conditions de justice éternelle	390
• Les conditions de justice absolue	395
• Les conditions de justice parfaite	400
• Les conditions de justice idéale	405
• Les conditions de justice ultime	410
• Les conditions de justice finale	415
• Les conditions de justice éternelle	420
• Les conditions de justice absolue	425
• Les conditions de justice parfaite	430
• Les conditions de justice idéale	435
• Les conditions de justice ultime	440
• Les conditions de justice finale	445
• Les conditions de justice éternelle	450
• Les conditions de justice absolue	455
• Les conditions de justice parfaite	460
• Les conditions de justice idéale	465
• Les conditions de justice ultime	470
• Les conditions de justice finale	475
• Les conditions de justice éternelle	480
• Les conditions de justice absolue	485
• Les conditions de justice parfaite	490
• Les conditions de justice idéale	495
• Les conditions de justice ultime	500

9. MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO SEM ARTICULAÇÃO OU EM ARTICULAÇÃO INICIAL DAS INSTÂNCIAS DETERMINADAS PELO ECA E AUSÊNCIA DE FÓRUM MUNICIPAL DCA.

Dos 389 municípios do Estado de São Paulo, que responderam à pesquisa CONDECA 1994, próximo da metade (193 municípios - 49,6%) não possuem instâncias de organização determinadas pelo ECA ou os que possuem não estão implementadas.

Não possuem também Fórum Municipal atuando¹⁹:

- Situação de organização do Conselho Municipal DCA (tab. 62):
 - Não tem e está sem iniciativa
 - para sua criação 80 municípios 42%
 - CMDCA aprovado mas não implementado/implantado 66 municípios 34%
 - Não tem, está em discussão na sociedade civil 39 municípios 20%
 - Conselho foi criado, funcionou e agora está desativado/foi criado, conselheiros tomaram posse, mas não funciona 8 municípios 4%
- Nenhum município (sem as demais instâncias) tem Fundo Financeiro DCA (tab. 63)
- Situação de organização do Conselho Tutelar (tab. 64)
 - Não (não existe)/sem articulação inicial 182 municípios 94%
 - Sim, C.T. foi criado, mas não está instalado 10 municípios 5%
 - N11, C.T. em criação: em discussão nas ONGs/OGs/está na Câmara 1 município 0,5%

As razões alegadas sobre o fato dos municípios não possuírem articulação para instalação do Conselho Municipal DCA passam pela desmobilização da sociedade civil, falta de informações, questões políticas ou com o executivo, dentre outras (tab. 65):

- CMDCA foi criado não instalado/não regulamentado/lei sendo reformulada 31%
- Ausência de mobilização da sociedade civil/falta de sensibilização da comunidade/não há conselhos/organizações populares 18%
- Projeto de criação em andamento/em discussão em fase de estudo para criação da lei/há articulação para formação do Conselho 13%
- Iniciativas de implantação do CMDCA partiu/está partindo do executivo/não

¹⁹ Aos municípios nestas condições foi aplicada uma planilha, perguntando sobre as razões da não existência das instâncias DCA e perspectivas. As perspectivas dos municípios para os próximos 6 meses encontram-se descritas no Cadastro CONDECA.

1948-1949

...

- 1948-1949
- 1948-1949
- 1948-1949
- 1948-1949

...

- 1948-1949
- 1948-1949
- 1948-1949

...

- 1948-1949
- 1948-1949
- 1948-1949
- 1948-1949
- 1948-1949
- 1948-1949
- 1948-1949
- 1948-1949

...

...

...

tendo a sociedade civil participado do processo de discussão.....	11%
• Poucas informações/falta de conhecimento sobre o assunto/falta de orientação por parte das ONGs, sociedade civil/vereadores/ Prefeitura/falta de assessoria.....	10%
• Município pequeno	9%
• Ausência do Fórum DCA/falta de organização das entidades (ONGs)/falta de organização popular/falta de articulação/falta de liderança ...	9%
• Município novo/recente/município recentemente emancipado/ recorre-se ao município de origem	7%
• Questões políticas/problemas de injunções políticas.....	6%
• Questões administrativas/falta de organização administrativa em geral/ falta estrutura.....	5%
• Desconhecimento do ECA em geral	5%
• Ausência de entrosamento entre poderes e instâncias - não se tomam providências	4%
• Articulação para implementação do CMDCA existe, mas falta apoio	
• Para implementação seja da comunidade/seja do governo.....	4%
• Município/governo municipal atende às necessidades/atendimento através do governo - projetos/programas integrados - saúde/educação/ poder judiciário (aparentemente não vêem necessidade)	4%
• Conselho foi criado, funcionou e agora está desativado/ foi criado, Conselheiros tomaram posse, mas não funciona	4%
• Ausência de pessoa capacitado.....	3%
• Assistente social/secretaria estadual ou municipal/técnico social recente no município/não há assistente social/técnico.....	3%
• Falta de recursos para implantação/falta verba	2%
• Projeto de criação do Conselho Municipal foi rejeitado na Câmara/por duas vezes.....	2%
• Administração pública municipal equivocada/incompetente/oportunista/ clientelista/ não há entendimento entre ONGs/sociedade civil e OGs.....	2%
• Outras razões	3%
• Não respondeu	6%

As razões alegadas pelos municípios sem as organizações determinadas pelo ECA para a ausência também do Fórum Municipal DCA são: ausência de mobilização, desconhecimento, ausência de articulação, entre outras.

Dentre os 3% que afirmam haver Fórum DCA no município o "Fórum DCA não está atuando/falta subsídios/orientação".

Introduction	1
Chapter I	15
Chapter II	35
Chapter III	55
Chapter IV	75
Chapter V	95
Chapter VI	115
Chapter VII	135
Chapter VIII	155
Chapter IX	175
Chapter X	195
Chapter XI	215
Chapter XII	235
Chapter XIII	255
Chapter XIV	275
Chapter XV	295
Chapter XVI	315
Chapter XVII	335
Chapter XVIII	355
Chapter XIX	375
Chapter XX	395
Chapter XXI	415
Chapter XXII	435
Chapter XXIII	455
Chapter XXIV	475
Chapter XXV	495
Chapter XXVI	515
Chapter XXVII	535
Chapter XXVIII	555
Chapter XXIX	575
Chapter XXX	595
Chapter XXXI	615
Chapter XXXII	635
Chapter XXXIII	655
Chapter XXXIV	675
Chapter XXXV	695
Chapter XXXVI	715
Chapter XXXVII	735
Chapter XXXVIII	755
Chapter XXXIX	775
Chapter XL	795
Chapter XLI	815
Chapter XLII	835
Chapter XLIII	855
Chapter XLIV	875
Chapter XLV	895
Chapter XLVI	915
Chapter XLVII	935
Chapter XLVIII	955
Chapter XLIX	975
Chapter L	995

Razões para não existir Fórum DCA (tab. 66):

- Ausência/falta de mobilização popular/falta de organização comunitária/falta de articulação da sociedade civil/falta de liderança/ de participação da comunidade24%
- Não entende o que é Fórum DCA: respondem como Fórum de Justiça/ pensam em lei para o Fórum, etc.; Dependendo da instalação do CMDCA para instalação do Fórum 10%
- Falta de informação/falta de orientação técnica/falta de conhecimento sobre o assunto/falta assessoria/técnicos especializados 10%
- Ainda em fase de estudo/em fase de elaboração 6%
- Município novo/recente/município recentemente emancipado/ recorre-se ao município de origem 5%
- Falta/ausência de estrutura administrativa/questão de organização administrativa/falta de organização da prefeitura em geral 4%
- Município pequeno 4%
- Ausência de entrosamento entre sociedade civil/ONGs e executivo/ prefeitura 3%
- Não tem Fórum mas tem articulação da sociedade civil/ONGs/empresários... 3%
- Questões políticas/problemas de injunções políticas 2%
- Executivo (prefeito) toma atitudes sem consulta à sociedade civil 2%
- Criança e adolescente não é prioridade em geral 1%
- Não, falta de recursos 0,5%
 - Não, sem especificação 28%
 - Não, outras razões 3%
 - Não respondeu 9%

Sobre a existência ou não de Fórum Regional (tab. 67)

- 60% desconhece a existência, não sabe se há
- 3% entendeu Fórum Regional como Fórum de Justiça
- 22% não respondeu a questão

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

Introduction	1
Chapter I	15
Chapter II	35
Chapter III	55
Chapter IV	75
Chapter V	95
Chapter VI	115
Chapter VII	135
Chapter VIII	155
Chapter IX	175
Chapter X	195
Chapter XI	215
Chapter XII	235
Chapter XIII	255
Chapter XIV	275
Chapter XV	295
Chapter XVI	315
Chapter XVII	335
Chapter XVIII	355
Chapter XIX	375
Chapter XX	395
Chapter XXI	415
Chapter XXII	435
Chapter XXIII	455
Chapter XXIV	475
Chapter XXV	495
Chapter XXVI	515
Chapter XXVII	535
Chapter XXVIII	555
Chapter XXIX	575
Chapter XXX	595
Chapter XXXI	615
Chapter XXXII	635
Chapter XXXIII	655
Chapter XXXIV	675
Chapter XXXV	695
Chapter XXXVI	715
Chapter XXXVII	735
Chapter XXXVIII	755
Chapter XXXIX	775
Chapter XL	795
Chapter XLI	815
Chapter XLII	835
Chapter XLIII	855
Chapter XLIV	875
Chapter XLV	895

Dentre os 15% que afirmaram haver Fórum Regional DCA em suas regiões administrativas, consideram que seu papel é de:

- Orientação/formador e estimulador da organização da sociedade civil/para criação dos conselhos municipais DCAs7%
- Não participa do Fórum regional.....3%
- Fórum regional é muito superficial/não tem ajudado muito/deficitário, nas orientações3%
- Não sabe qual tem sido o papel do Fórum Regional2%
- Não tem contato0,5%
- Pouco comprometido/descomprometido com o combate às causas dos desajustes e/ou violência contra crianças e adolescentes0,5%

